MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO 1986

Relatório 1831 – . Rio de Janeiro, 1831-1969
Brasília, 1970 –, Ministério das Relações
Exteriores.
anual

CDU 354.11 (81)(05)
327(81)(05)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
Relatório, 1986. Brasília, 1988.
141 p.

1. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
2. Brasil – Relações Exteriores. I. Título

CDU 327(81)

ÍNDICE

ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS

AMÉRICAS

AMÉRICA DO SUL

Argentina

Merece especial registro a visita do Presidente José Sarney a Buenos Aires (28 a 30 de julho) e a vinda do Presidente Raul Alfonsín a Brasília (9 a 11 de dezembro), eventos que incluíram encontros de trabalho com o Presidente uruguaio, Júlio Maria Sanguinetti. No que configurou iniciativa inédita no quadro das relações entre o Brasil e a Argentina, foram então assinados inúmeros Protocolos e Acordos tendentes a propiciar a integração econômica entre os dois países, contemplando setores fundamentais como os de bens de capital, energia nuclear, transportes, siderurgia, comércio e cooperação financeira. O Secretário-Geral das Relações Exteriores, em outubro, visitou Buenos Aires, onde manteve conversações com altas autoridades da Chancelaria argentina para repassar temas de interesse comum. No âmbito da questão das Malvinas, cabe realçar o encontro dos Ministros das Relações Exteriores brasileiro, argentino e uruguaio em Punta del Este (2 de novembro) para examinar a expansão da zona de exclusão por parte da Grã-Bretanha.

Uruguai

Quanto ao Uruguai, sublinha-se a visita do Presidente Sanguinetti a Brasília (11 a 13 de agosto), em retribuição à feita por seu colega brasileiro em 1985. Os diversos atos firmados tiveram por objetivo, sobretudo, adensar e elevar significativamente os fluxos de comércio bilateral, especialmente nas áreas de produtos primários e serviços. Registre-se igualmente a celebração da II Reunião da Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças (26 e 27 de julho), quando foram examinadas diversas propostas no sentido de promover o desenvolvimento e integração das regiões limítrofes. No quadro da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, buscou-se reavaliar o Projeto Jaguarão (construção das barragens de Talavera e Passo do Centurião), para sua posterior execução. Reuniram-se ainda em Montevidéu as seguintes Subcomissões:

de Expansão Comercial, de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica e de Cooperação Cultural.

Paraguai

Em 1986, o Brasil manteve-se como principal parceiro comercial, financeiro e energético do Paraguai, com desdobramento em diversos planos. Com relação ao empreendimento de Itaipu, procedeu-se, em janeiro, à atualização de dispositivos legais do Tratado. Avistaram-se igualmente, no curso do ano, técnicos brasileiros, paraguaios e argentinos para examinar procedimentos de medição e remessa de dados hidrológicos referentes a Itaipu. Avançou-se, também em 1986, no exame da questão dos brasileiros residentes no Paraguai, por ocasião da 3ª Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, em julho/agosto. Já no campo econômico, ressalta a inauguração, em julho, da ACEPAR (Aceros del Paraguay S/A), bem como a celebração, em dezembro, de encontro de alto nível de avaliação do comércio bilateral.

Chile

Cabe assinalar, nas tradicionalmente amistosas relações entre o Brasil e o Chile, potencial apreciável na esfera econômico-comercial, havendo, inclusive, o Brasil ampliado recentemente suas importações de cobre chileno. A par disso, em 1986, teve continuidade a cooperação bilateral no campo antártico, sobretudo mediante apoio logístico e técnico chileno às expedições brasileiras àquele continente.

Tratado da Bacia do Prata

No que diz respeito ao Tratado da Bacia do Prata, as Reuniões de Chanceleres celebradas em Buenos Aires, em abril, aprovaram decisões importantes para o futuro do sistema do Prata. Num esforço de tornar esse foro mais eficaz e operativo, os países membros passarão a concentrar seus esforços de cooperação em temas de interesse prioritário, quais sejam: recursos hídricos, navegação, transporte fluvial e terrestre e cooperação fronteiriça. Nesse contexto, celebraram-se, sob os auspícios do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), em outubro e novembro, reuniões técnicas sobre vários desses tópicos.

Amazônia

No que tange aos países amazônicos (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname) aperfeiçoaram-se, em 1986, as relações tanto a nível bilateral quanto em contexto multilate-

ral. Cabe assinalar que, no ano recém-findo, iniciou-se a reversão da conjuntura de cooperação estagnada e de comércio declinante na região, provocada pela crise econômica que afetou de modo simultâneo todos os países da área a partir de 1981.

No correr de 1986, foi desenvolvido esforço especial visando a ampliar o comércio regional, dentro do objetivo de buscar fluxos mais elevados, melhor equilibrados e com crescente presença de produtos não-tradicionais. Foram ainda implementados diversos mecanismos com o objetivo de agilizar o comércio fronteiriço e, com diversos países da área membros da ALADI, foram expandidas as listas de concessões.

Com as nações acima citadas e também com o Departamento Ultramarino da Guiana foram acionados diversos instrumentos com o objetivo de dinamizar o convívio fronteiriço, tais como Grupos de Cooperação Consular, Comissões sobre Tráfico Ilícito de Entorpecentes e campanhas de adensamento de marcos fronteiriços. De modo geral, o ano de 1986 testemunhou, mais uma vez, a crescente consciência de todos os países da área no tocante ao grande número de interesses comuns no que tange ao desenvolvimento e à integração fronteiriços.

Ainda no âmbito bilateral, cabe registrar o encontro entre os Presidentes José Sarney e Jaime Lusinchi (Brasília, em 9 de abril); a visita oficial do Senhor Ministro de Estado a Quito (1 a 6 de agosto), que foi precedida de reunião dos Embaixadores brasileiros nos países da região amazônica; a visita do Primeiro Ministro do Suriname, Dr. Pertab Radhakishun, a Brasília (15 a 16 de outubro); e as reuniões das Comissões de Coordenação com a Venezuela e Colômbia (ambas em novembro). No que concerne a atividades multilaterais, cabe sublinhar que a Secretaria Pro-Tempore do Tratado de Cooperação Amazônica passou, desde 26 de setembro e por período de um ano, a ser responsabilidade do Governo brasileiro.

Fronteiras

No ano de 1986, realizaram-se reuniões das Comissões Mistas Demarcadoras de Limites com a Argentina, o Uruguai, a Venezuela, a Colômbia e a França. Em conseqüência, foram empreendidas campanhas densificatórias nas fronteiras com os países mencionados, à exceção da França, cujos trabalhos foram programados para o ano seguinte.

No ano de 1986 verificou-se considerável intensificação das relações bilaterais entre o Brasil e países da América Central e do Caribe.

De grande significação foi o reatamento das relações diplomáticas com Cuba, após 22 anos de suspensão. Precedida de extensa e minuciosa avaliação, correspondeu ao momento político e atendeu aos interesses da política externa brasileira.

Assinalam-se, no plano bilateral, as seguintes visitas:

O Presidente de El Salvador, José Napoleón Duarte, visitou oficialmente o Brasil em maio, a convite do Presidente José Sarney. No decorrer da visita foram assinados acordo de cooperação técnica e ajustes complementares a convênios anteriores;

Em abril, o Presidente eleito da Costa Rica, Oscar Arias, foi recebido pelo Presidente da República;

Em novembro, o Brasil recebeu a visita do Vice-Presidente de El Salvador, Rodolfo Castillo Claramount, que veio agradecer ao Presidente Sarney a ajuda humanitária brasileira prestada por ocasião do terremoto que abalou a capital salvadorenha;

Em março visitou o Brasil o Ministro do Interior da Nicarágua, Comandante Tomá Borge, que manteve encontros com o Ministro Abreu Sodré e com o Presidente do Congresso;

O Ministro do Comércio Exterior de Cuba, Ricardo Cabrisas, também visitou o Brasil, em outubro, com o objetivo de examinar possibilidades de intercâmbio comercial.

Processo Mediador de Contadora

Com a criação do Grupo de Apoio a Contadora, formado pelo Brasil, Argentina, Peru e Uruguai em 1985, a diplomacia brasileira passou, em 1986, a ter maior envolvimento nos esforços pela pacificação dos conflitos da América Central, fornecendo, juntamente com os demais membros desse grupo, respaldo e sustentação política ao processo mediador conduzido pelo Grupo de Contadora.

Isto se traduziu na Declaração de Caraballeda, em janeiro, e na participação do Ministro das Relações Exteriores em diversas reuniões conjuntas dos Grupos de Contadora e de Apoio com os Chanceleres centro-americanos, inclusive no Panamá, em junho, quando foi apresentada aos países centro-americanos a última versão da Ata de Contadora, ainda não aceita por aqueles países.

Em dezembro, no Rio de Janeiro, nova reunião dos Grupos de Contadora e de Apoio decidiu que os Chanceleres dos dois Grupos, acompanhados dos Secretários-Gerais da ONU e da OEA, visitariam cada um dos países centro-americanos, em janeiro de 1987, em novo esforço político para tentar reabrir o espaço para o diálogo.

Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política

Os Chanceleres dos Grupos de Contadora (Panamá, México, Colômbia e Venezuela) e de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), decidiram aproveitar o valioso acervo político decorrente da ação conjunta dos dois grupos e resolveram, a partir do encontro do Rio de Janeiro, em dezembro, dar a seus encontros periódicos o caráter de um mecanismo permanente de consulta e concertação política.

Este mecanismo foi concebido como instrumento destinado a harmonizar a ação política dos oito Governos em contextos precisos de sua atividade internacional. Une os oito países o propósito de fortalecer seus processos democráticos e suas instituições políticas e a firme decisão de superar as distorções e o desequilíbrio das relações internacionais.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos da América

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos é denso e extremamente diversificado. O ano de 1986 refletiu a complexidade das relações entre dois países que partilham valores básicos comuns, que crêem na negociação e no diálogo constante, aberto e franco como única via para a superação de eventuais diferenças e, sobretudo, que encaram com naturalidade o fato de que um relacionamento tão abrangente, construído em mais de século e meio, gere também divergências conjunturais – sem que, por isso, se altere o clima de confiança e cordialidade que tradicionalmente o caracteriza.

Tais divergências aparecem com mais freqüência no campo econômico-comercial, e é perfeitamente compreensível que assim seja, já que os Estados Unidos são nosso maior parceiro comercial e têm indiscutível importância na formulação das linhas básicas da economia ocidental. Importante, entretanto, é notar que as divergências são sempre encaminhadas através do entendimento e da negociação, canalizadas através dos múltiplos mecanismos bilaterais, que garantem a fluidez do diálogo.

O acontecimento de maior relevância política no contexto das relações bilaterais, em 1986, foi a Visita de Estado que o Presidente José Sarney fez a Washington, em setembro, que conferiu ao relacionamento entre os dois países novo tom de maturidade e franqueza.

A freqüência e o nível das visitas de autoridades intercambiadas no correr do ano denotam a fluidez e a abrangência das relações bilaterais. Merecem registro, entre outras, as visitas aos Estados Unidos do Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, em julho, do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, em dezembro, e do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves de Mendonça, igualmente em dezembro.

Do lado norte-americano, visitaram o Brasil, entre outros, o Senador Edward Kennedy, em janeiro; o Deputado Thomas "Tip" O'Neil, Presidente da Câmara de Representantes, em março; o Embaixador Vernon Walters, em maio; o Subsecretário de Estado, John Whitehead, também em maio; e o Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Elliot Abrams, em outubro.

México

No que se refere às relações com o México, o Brasil recebeu em setembro a visita do Senhor Hector Hernández Cervantes, Secretário de Comércio e Fomento Industrial, seguida da visita do Chanceler mexicano, Bernardo Sepulveda Amor, em outubro, chefiando a delegação de seu país à IV Reunião da Subcomissão Mista Econômica e Comercial Brasil-México.

Canadá

No âmbito do relacionamento bilateral com o Canadá, realizou-se em maio, em Brasília, a III Reunião de Consultas sobre Assuntos Políticos, seguida da visita, em setembro, do Senhor James Taylor, Subsecretário de Estado das Relações Exteriores do Canadá.

ÁFRICA, ORIENTE PRÓXIMO, ÁSIA E OCEANIA

ÁSIA E OCEANIA

A ação diplomática brasileira centrou-se especialmente no estreitamento das relações entre o Brasil e a China, Japão e países da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), tendo havido ainda iniciativas de relevo com relação à Índia e outras nações do Oriente.

China

No tocante à China, foram convidados para visitar oficialmente aquele País o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente da República. Os convites foram transmitidos pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Chinês, Sr. Zhu Qizhen, por ocasião de visita a Brasília, em julho. No período de 28 a 30 de outubro, realizou-se também em Brasília a IV Reunião da Comissão Mista Comercial Brasil-China, criada pelo Acordo Comercial assinado pelos dois países, em 1978. Assinale-se, ainda, no âmbito da cooperação científica e tecnológica, a realização da segunda reunião da Comissão Mista bilateral, em abril, e na área da promoção comercial, a realização, em Pequim, no período de 30 de março a 05 de abril, da exposição "Brasil Export 86", e em fins de novembro, do Seminário de Cooperação Brasil-China para o Desenvolvimento das Indústrias de Base.

Entre 31 de maio e 11 de junho, esteve na China missão empresarial do Estado do Paraná, chefiada pelo ex-Governador, Dr. José Richa. Em inícios de junho também visitou a China outra missão empresarial brasileira, do Estado de São Paulo, chefiada pelo Sr. Einar Kok, Secretário estadual da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

No período de 15 a 20 de julho, visitou a China, a convite da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia daquele país, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Renato Archer.

Entre 24 de setembro e 09 de outubro, visitou a China delegação de Prefeitos brasileiros, chefiada pelo Deputado Júlio Sérgio de Maia

Moreira. De 22 a 28 de novembro, também visitou a China o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. Saturnino Braga, assinando, nessa ocasião, Convênio de Geminação entre as cidades do Rio de Janeiro e Pequim.

No que se refere à Índia, o evento mais importante foi o recebimento de carta do Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi, em abril, convidando o Presidente José Sarney a visitar oficialmente aquele país. O convite foi aceito em carta de resposta enviada em junho. Já em outubro, o Chefe do Governo indiano enviou carta ao Presidente da República expressando satisfação pelos resultados obtidos na Reunião Ministerial do GATT em Punta del Este, na qual as delegações brasileira e indiana trabalharam em estreita cooperação.

Em fins de agosto, visitou a Índia o Ministro da Agricultura, Iris Rezende.

Bangladesh

O General Hussain Muhammad Ershad, Presidente da República popular de Bangladesh, convidou o Presidente José Sarney a visitar aquele país em carta datada de 06 de setembro.

Japão

No tocante ao Japão, país com o qual o Brasil mantém relações intensas nos mais variados campos, ocorreram numerosas trocas de visitas entre altas autoridades de ambos os países. Assinale-se ainda a realização em Tóquio, em inícios de novembro, de Seminário sobre Investimentos no Brasil, presidido pelo Ministro-chefe da SEPLAN.

No que se refere a visitas ao Japão, deve-se assinalar, primeiramente, a realizada por missão empresarial paranaense, chefiada pelo ex-Governador José Richa. Nessa mesma época, o Governador do Espírito Santo, Sr. Gerson Camata, visitou Tóquio.

Entre 13 e 22 de julho, visitou o Japão o Ministro dos Transportes para manter contactos com autoridades e empresários nipônicos acerca, sobretudo, de ferrovias. Já entre 27 e 31 de julho, esteve igualmente naquele país o Ministro da Ciência e Tecnologia, mantendo conversações sobre a política brasileira de informática.

De 24 a 30 de agosto, com o intuito de preparar a visita do Ministro-chefe da SEPLAN, esteve em Tóquio missão chefiada pelos Secre-

tários-Gerais da SEPLAN e do MIC, tratando de assuntos ligados ao comércio, investimentos e transferência de tecnologia entre os dois países. Em inícios de novembro, visitou oficialmente o Japão, o Ministro-Chefe da SEPLAN presidindo Seminário sobre Investimentos no Brasil e mantendo contato com altas autoridades governamentais; acompanhou igualmente o Ministro João Sayad, o Secretário-Geral do MCT, Dr. Luciano Coutinho, tratando das possibilidades de intensificação da cooperação científica e tecnológica bilateral.

Asean

Como um dos primeiros passos visando a institucionalizar o vínculo informal, de natureza econômica, entre o Brasil e a ASEAN, estabelecido em novembro de 1985, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos presidiu reunião, em 05 de fevereiro, com os Embaixadores das Filipinas, Malásia, Indonésia e Tailândia, em Brasília, propondo a realização de encontros periódicos no Itamaraty, com o objetivo de proceder à troca de informações e consultas sobre pontos de interesse comum. A sugestão foi aceita após consulta aos círculos dirigentes da ASEAN.

Indonésia

Em dezembro, diante do interesse manifestado pela chancelaria indonésia sobre o assunto, o Governo brasileiro apresentou Projeto de Acordo de Comércio Brasil-Indonésia, para negociação com as autoridades competentes daquele país.

Vanuatu

Por Decreto de 27 de novembro, publicado no Diário Oficial em 28/11, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Vanuatu, com a criação da Embaixada do Brasil em Port Vila, cumulativa com a Missão em Camberra.

ÁFRICA

O ano de 1986 caracterizou-se pelo grande número de visitas de autoridades brasileiras à Africa e de autoridades africanas ao Brasil.

Visita do Presidente José Sarney a Cabo Verde (09 e 10/05)

A inclusão de Cabo Verde no roteiro da viagem que o Presidente Sarney efetuou a Portugal atendeu ao duplo objetivo de privilegiar um país de língua comum cujo relacionamento com o Brasil é exemplar,

bem como de ali fazer um pronunciamento que tornasse mais explícitas as posições políticas do Brasil com relação à África, em especial à situação vigente na África Austral. Considerou-se, nesse aspecto, o importante papel de mediador exercido, nos últimos anos, por Cabo Verde, entre as partes em conflito naquela região. O Presidente visitou as ilhas do Sal, São Vicente e Santiago, onde pronunciou discurso perante a Assembléia Nacional Popular de Cabo Verde, o qual teve enorme impacto, tanto naquele país como no resto do continente africano. Seus trechos mais significativos (condenação do **apartheid** como fonte originária das tensões na África Austral; defesa da soberania e da integridade territorial de Angola; desmilitarização do Atlântico Sul) foram transmitidos, no mesmo dia do pronunciamento, através de cartas do Presidente Sarney, a todos os Chefes de Estado de países africanos em que o Brasil possui Embaixadas residentes. Em suas respostas, vários Chefes de Estado subscreveram inteiramente as declarações do Presidente Sarney em Cabo Verde.

Visita do Ministro Abreu Sobré a Angola, Zâmbia, Zimbábue, Nigéria e Camarões (19 a 29/11)

Em Luanda o Ministro Abreu Sodré entrevistou-se com o Presidente angolano e diversos Ministros, mantendo conversações de trabalho com o Chanceler angolano e com o Ministro para a Esfera Produtiva. Visitou o pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Luanda e recebeu em audiência o Presidente da SWAPO, Sam Nujoma, a quem reiterou o apoio brasileiro à causa da independência imediata do território da Namíbia ilegalmente ocupado.

Em Lusaca, foi realizada escala de algumas horas que permitiu ao Ministro entrevistar-se com o Presidente Kenneth Kaunda, com seu homólogo zambiano, bem como com o Presidente do ANC (Congresso Nacional Africano), Oliver Tambo, em demoradas conversações na Embaixada do Brasil. Neste primeiro encontro de alto nível entre autoridades brasileiras e dirigentes do ANC, o Chanceler Abreu Sodré expressou a condenação brasileira ao sistema aparteísta vigente na África do Sul e o apoio à luta dos patriotas sul-africanos para desmantelá-lo.

Em Harare, o Ministro Sodré foi recebido em audiência pelo Premier Robert Mugabe e manteve conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em Lagos, o Ministro Abreu Sodré manteve contactos com o Chefe do EMFA nigeriano, Almirante Augustus Aikhomu, que representou o Presidente da República, e com os Ministros dos Transportes e

Aviação, Petróleo, Planejamento e Relações Exteriores. Na ocasião, além de firmado comunicado conjunto, formulou-se convite ao Chanceler Bolaji Akinyemi para visitar o Brasil.

Em Iaundê, o Ministro de Estado foi recebido em audiência pelo Presidente Paul Biya e pelos Ministros dos Transportes, Equipamento, Defesa e Relações Exteriores. Foi realizada, então, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Camarões.

Durante a visita aos Camarões, o Ministro Sodré convidou o Presidente Biya e o Ministro da Defesa para visitarem o Brasil.

Reunião do Ministro de Estado com Chefes de Missão

Realizou-se, também em Harare, reunião, presidida pelo Ministro Abreu Sodré, com os Chefes de Missões brasileiras junto aos países da África Austral, com o objetivo de trocar informações e experiências sobre a crise regional. Verificou-se, na oportunidade, o acerto das posições brasileiras anti-aparteístas e de solidariedade aos países da linha de frente e concluiu-se que essa política deve ser mantida e desenvolvida.

Visita do Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, ao Zaire e à Costa do Marfim (16 a 21/09)

No Zaire, o Ministro Reinaldo Tavares foi recebido pelo Presidente da República, Marechal Mobutu Sese Seko, a quem entregou mensagem do Presidente Sarney convidando-o a visitar o Brasil. Realizou, ademais, visitas aos Comissários de Estado de Obras Públicas e Transportes, Minas e Energia e Planejamento.

Na Costa do Marfim, foi recebido pelo Presidente Houphouet Boigny e pelos Ministros dos Transportes e Obras Públicas.

O Ministro Reinaldo Tavares convidou os Ministros dos Transportes de ambos os países a visitarem o Brasil.

Merecem ainda especial destaque os seguintes fatos ocorridos em 1986:

Em janeiro, participação do Brasil na VI Reunião da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), na qualidade de parceiro interessado no desenvolvimento e na integração regional;

Em julho, convite do Governo brasileiro ao Arcebispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz em 1984, para que visite o Brasil no decorrer de 1987;

Em outubro, ida de delegação brasileira às exéquias do Presidente de Moçambique, Samora Machel, chefiada pelo Ministro Abreu Sodré;

Em novembro, estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República de Seicheles.

ORIENTE PRÓXIMO

Arábia Saudita

Em abril de 1986, o Ministro das Relações Exteriores visitou a Arábia Saudita, onde se avistou com altas autoridades. Na mesma ocasião o Ministro presidiu à reunião de Embaixadores brasileiros no Oriente Médio, em Riade, onde inaugurou as novas instalações da Embaixada do Brasil.

Ao abordar os assuntos da área econômico-comercial, o Ministro referiu-se ao desequilíbrio no comércio bilateral, desfavorável ao Brasil, e à necessidade de uma abertura maior do mercado saudita aos produtos brasileiros. As autoridades sauditas, em resposta, asseguraram-lhe estar seu país receptivo a um fluxo de produtos brasileiros, dependendo o sucesso do Brasil de uma divulgação mais ampla de suas mercadorias na Arábia Saudita por parte dos exportadores.

Coveite

Em abril de 1986, o Ministro das Relações Exteriores esteve em visita ao Coveite, na mesma ocasião em que realizou viagem à Arábia Saudita. O Ministro tratou, com as autoridades do Coveite, de questões regionais e dos diversos aspectos do relacionamento bilateral.

Resultou dos encontros entre o Ministro e as autoridades coveitianas a decisão de se reativar o acordo econômico firmado pelos dois países em 1975, quando da visita do Primeiro-Ministro do Coveite ao Brasil. Decidiu-se, em decorrência, continuar com as reuniões periódicas da Comissão Mista Brasil-Coveite para supervisionar o acordo.

Iêmen do Sul

Em outubro de 1986, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Energia e Minerais do Iêmen do Sul, Senhor Saleh Abu Bakr Ben Husseinoum, esteve em visita ao Brasil, acompanhado pelo Vice-Mi-

nistro da Energia e Minerais, Senhor Hussein Al-Rashid Al-Kaff. No início de sua permanência em nosso país, o vice-Primeiro–Ministro e Ministro da Energia e Minerais iemenita foi recebido em audiência pelo Presidente da República, com quem tratou de assuntos pertinentes às relações bilaterais, tendo feito entrega de mensagem do Presidente do Iêmen do Sul. Em seguída, o Senhor Husseinoum avistou-se com o Ministro das Minas e Energia e com dirigentes de empresas estatais com interesses na região. Foram discutidos temas ligados à cooperação na área de prospecção de petróleo.

Irã

Em agosto de 1986, o Ministro da Agricultura, Senhor Irís Resende Machado, realizou visita oficial ao Irã, onde participou das solenidades do "Dia do Brasil" na XII Feira Internacional de Teerã. O Ministro da Agricultura encontrou-se com altas autoridades iranianas, com as quais discutiu assuntos relativos ao comércio bilateral.

Em setembro de 1986, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Sr. Ali Mohammad Besharati Jehromi, esteve alguns dias em nosso país em visita de trabalho. Na oportunidade, avistou-se com autoridades e empresários brasileiros, com quem tratou de assuntos ligados ao relacionamento político bilateral e à possibilidade de incremento no comércio entre os dois países.

Iraque

Em maio de 1986, o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do Iraque, Senhor Taha Yassin Ramadhan, realizou visita de cinco dias a nosso país. Resultou desta um comunicado conjunto no qual se tratou das relações bilaterais, mencionando-se a reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, que cobriu termos econômicos e comerciais bem como assuntos de cooperação científica e tecnológica.

Em novembro de 1986, o Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castello Branco, visitou oficialmente o Iraque. Na oportunidade, participou da cerimônia de inauguração da Feira Internacional de Bagdá, e presidiu à celebração do "Dia do Brasil" no mesmo evento. Nos encontros que manteve com altas autoridades iraquianas, o Ministro José Hugo Castello Branco tratou de assuntos referentes às relações econômico-comerciais entre os dois países.

Israel

Em agosto de 1986, esteve em visita ao Brasil o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Israel, Senhor Ronnie Milo, que manteve encontros com chefias do Itamaraty.

Síria

Em junho de 1986, o Presidente do Parlamento da Síria, Senhor Mahmoud Al-Zoubi, esteve em visita a nosso país, ocasião em que se entrevistou com altas autoridades. Em São Paulo, o Presidente do Parlamento sírio participou da reunião inaugural da Organização de Parlamentares Americanos de origem Árabe.

Argélia

Evento de grande significação em 1986 foi a visita ao Brasil do Presidente da Argélia, Chadli Bendjedid, em 13 e 14 de outubro.

A visita foi eminentemente política, tendo sido emitido ao seu final um comunicado de imprensa, onde se verifica extensa faixa de convergência nas questões internacionais. Além disso os dois Presidentes deixaram consignada sua intenção de que se reunam o mais brevemente possível a Comissão Mista Brasil-Argélia e o Grupo de Trabalho sobre intercâmbio energético e contrapartidas comerciais. A comitiva argelina incluiu os Ministros das Relações Exteriores, da Energia, dos Transportes, da Hidráulica, o Chefe do Gabinete da Presidência e altas autoridades do Partido da FNL, do Estado Maior do Exército e do Comissariado da Pesquisa.

Ainda no referente às relações com a Argélia, registra-se em 1986 a visita ao Brasil do Ministro da Energia, Senhor Belkacem Nabi, no mês de julho, quando foi assinado memorando de entendimento sobre o intercâmbio energético e contrapartidas comerciais. Em seguimento a essas conversações, foram realizadas, a nível de subgrupos, duas reuniões (Rio de Janeiro e Argel) acerca do intercâmbio energético e uma (Argel) sobre contrapartidas comerciais.

Egito

Tendo chefiado a delegação brasileira à reunião do CEDED – grupo dos 77, em agosto, o Ministro da Indústria e Comércio efetuou nessa ocasião visita oficial ao Egito. O Ministro Castello Branco entrevistou-se com o Primeiro Ministro e diversos Ministros egípcios; em al-

guns dos contactos tomaram parte empresários brasileiros que acompanharam o Ministro da Indústria e Comércio.

Líbia

Na qualidade de enviado especial do Governo líbio esteve em Brasília, em junho, o Senhor Abukhazam, Secretário do Congresso Geral do Povo, tendo sido recebido pelo Senhor Presidente da República. Em julho foi recebido informalmente pelo Senhor Ministro de Estado o Chanceler líbio, Senhor Kamel Mansur, que presidiu em Brasília reunião de Embaixadores de seu país acreditados na América Latina.

EUROPA

EUROPA OCIDENTAL

República Federal da Alemanha

O relacionamento teuto-brasileiro teve evolução positiva ao longo de 1986, tendo-se registrado uma série de visitas de alto nível por parte de autoridades de ambos os países.

Visitaram o Brasil o Ministro da Defesa, Dr. Manfred Woerner, o Ministro da Agricultura, Sr. Ignaz Kiechle, e o Ministro dos Transportes, Dr. Werner Dollinger. Estiveram na RFA o Ministro da Fazenda, Dr. Dílson Funaro (em 12 e 13 de outubro), e o Ministro das Minas e Energia, Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (de 30 de novembro a 7 de dezembro).

A Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica reuniu-se, de 15 a 17 de outubro, em Brasília, pela décima-terceira vez. Na ocasião, entre outros tópicos, foi analisada a cooperação bilateral, bem como a aplicação de novas tecnologias, inclusive no campo energético, como o aproveitamento da experiência brasileira na utilização do álcool carburante.

Suíça

Em 11 e 12 de setembro, o Ministro da Economia, Dr. Kurt Furgler, veio ao Brasil, tendo feito, em Brasília, visita de cortesia ao Presidente da República. Em São Paulo, o representante helvético inaugurou, ao lado do Ministro da Indústria e Comércio, a exposição "Tecno Suíça 86 Brasil", destinada a fomentar o intercâmbio tecnológico entre os dois países.

Portugal

Em maio de 1986, o Presidente da República visitou oficialmente aquele país tendo sido assinados dois acordos: de Cooperação Científica e Tecnologica e de cooperação noticiosa entre a Empresa Brasileira de Notícias (EBN) e a Agência Noticiosa de Portugal (ANOP).

Ao mesmo tempo da visita, realizou-se, em Lisboa, encontro empresarial, cujo objetivo consistiu no estímulo à criação de sociedades comerciais e industriais luso-brasileiras com vistas à participação no Mercado Comum Europeu.

Em agosto de 1986, o Ministro das Relações Exteriores recebeu a visita do Chanceler Português, Engenheiro Pedro Pires de Miranda, que chefiou a delegação de seu país à Reunião de Consultas Políticas Brasil-Portugal.

Em dezembro, o Ministro da Indústria e Comércio visitou Portugal, onde participou de encontro empresarial promovido pela Federação Brasileira de Bancos e pela Câmara de Comércio Internacional.

França

Em junho, o Ministro Extraordinário para Assuntos de Administração visitou a França, ocasião em que avistou-se com seu homólogo francês e abordou aspectos das Reformas Administrativas nos dois países e visitou a Escola Nacional de Administração francesa.

Em julho, o Ministro das Relações Exteriores recebeu a visita do Secretário de Estado do Quai d'Orsay, Sr. Didier Bariani, ocasião em que foi oficialmente lançado o projeto Brasil-França.

Em dezembro, o Ministro José Hugo Castello Branco, da Indústria e Comércio, visitou aquele país atendendo a convite do "Conseil National du Patronat Français".

Nesse mesmo mês, ocorreu visita do Ministro das Minas e Energia que, em Estrasburgo, pronunciou conferência, sobre a política brasileira de energia, no Parlamento Europeu.

Países Escandinavos

As relações políticas entre o Brasil e os países escandinavos continuam a se desenvolver em clima de especial cordialidade. Dentre os fatos de destaque, cumpre mencionar a vinda ao Brasil, no mês de junho, do Primeiro-Ministro Kalevi Sorsa, da Finlândia, que, em Brasília, foi recebido em audiência pelo Presidente José Sarney.

Esteve igualmente em visita oficial ao Brasil, em junho, o Chanceler da Dinamarca, Uffe Ellemann Jensen.

Turquia

Deve-se destacar a visita do Ministro da Defesa turco, Sr. Zeki Yayzturk, que, acompanhado de sua comitiva, visitou a EMBRAER e o complexo industrial de São José dos Campos, assim como instalações militares brasileiras.

Grécia

Com relação à Repúbica Helênica, registrou-se a visita do Governador do Estado de Sergipe, Dr. João Alves Filho, que tratou de temas ligados à irrigação e recuperação de solos. No âmbito da cooperação técnica, sublinhe-se a vinda de especialistas gregos em sismologia para investigar os recentes fenômenos de Cajamar (SP) e João Câmara (RN).

Vaticano

O ano de 1986 marcou nova etapa no processo de aperfeiçoamento das relações entre o Brasil e a Santa Sé. Cumpre destacar nesse sentido, a visita do Presidente da República ao Estado do Vaticano (maio de 1986), bem como as audiências especiais concedidas por Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Ministro Aureliano Chaves de Mendonça e a outras autoridades brasileiras.

Reino Unido

As relações entre Brasil e Reino Unido mantiveram em 1986 seu perfil diversificado. Nesse contexto, registrou-se troca de numerosas visitas de autoridades e figuras eminentes e representativas nos meios político, econômico e cultural de ambos países, dentre as quais cumpre mencionar as viagens ao Reino Unido do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e do Ministro da Fazenda, Dílson Domingos Funaro, assim como a vinda ao Brasil dos Deputados britânicos integrantes do Comitê de Aeronáutica da Câmara dos Comuns e do Grupo Parlamentar Anglo-Brasileiro.

Cabe ressaltar, ademais, os progressos obtidos no projeto conjunto de construção, no Reino Unido, de 130 aviões "Tucano" para o treinamento dos pilotos da "Royal Air Force".

Itália

Momento da maior relevância para o relacionamento bilateral foi a visita do Presidente José Sarney a Roma, oportunidade em que

reuniu-se com o Presidente Cossiga, entrevistando-se, outrossim, com numerosas personalidades da vida política, empresarial e cultural italiana.

Dentre as visitas de maior expressividade de parte a parte, destacam-se a viagem do Ministro das Minas e Energia, Engenheiro Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, e a vinda ao Brasil do Dr. Franco Reviglio, Presidente do "Ente Nationale de Idrocarburi".

Espanha

Em setembro, o Ministro dos Transportes, Sr. José Reinaldo Tavares visitou Madri, ocasião em que se encontrou com seu homólogo, Sr. Abel Caballero, tendo sido tratados temas relativos ao transporte ferroviário e ao transporte suburbano em grandes cidades.

Em outubro, o Ministro de Estado Extraordinário para assuntos de Irrigação, Senhor Vicente Fialho, visitou a Espanha, tendo naquela ocasião se entrevistado com autoridades espanholas com a finalidade de ampliar a cooperação na área do desenvolvimento agrário.

EUROPA ORIENTAL

Assuntos Políticos

No plano político, o Governo brasileiro procurou superar os moldes tradicionais do relacionamento com os países do Leste-europeu. Nesse sentido, busca-se um relacionamento assentado no princípio do mútuo benefício. Ademais, visa o Brasil participar do mercado de produtos manufaturados e de desenvolver cooperação de alto nível.

Com a União Soviética, está institucionalizado mecanismo de consultas políticas, por cujo intermédio os dois Governos intercambiam informações da atualidade mundial relevantes para ambas as partes. Com os demais países do Leste-europeu, tais consultas são realizadas, sempre que necessário, pelos canais diplomáticos normais.

Visitas de Autoridades Brasileiras(*)

Na área de troca de visitas, o Governo brasileiro tomou a liderança.

(*) No que tange às autoridades estrangeiras, consultar o Registro de visitas relativo ao ano de 1986.

Estiveram na União Soviética, entre outros, o Presidente do Congresso, Senador José Fragelli; o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz; e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer.

Visitaram a Tchecoslováquia o Senador José Fragelli, o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves de Mendonça, e o Governador-eleito do Maranhão, Epitácio Cafeteira.

Estiveram em missão em Budapeste, o Presidente da PETROBRÁS, Sr. Carlos Teófilo, e o Diretor da CACEX, Dr. Roberto Fendt.

A convite do Governo da RDA, esteve em visita à Feira da Primavera de Leipzig o Diretor da CACEX, Dr. Roberto Fendt Júnior. Também o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sr. Deni Lineu Schwartz, realizou visita oficial àquele país.

Visitou Bucareste, Delegação Parlamentar brasileira, chefiada pelo Senador José Fragelli.

Assuntos Econômico-comerciais

O Brasil e os países do Leste-europeu estão procurando aumentar suas vendas recíprocas de produtos manufaturados. Contactos estão em curso e o objetivo fundamental do Governo brasileiro é a colocação do comércio com aquela região em nível bem mais elevado, capaz de, ao mesmo tempo, reverter a tendência ao declínio do volume de trocas, dar tratamento objetivo à questão do superávit comercial (que vem beneficiando o Brasil) e acrescentar à nossa pauta de exportação produtos de maior valor agregado.

Procurou-se, em 1986, tomar algumas medidas concretas com o objetivo de expandir o comércio com o Leste-europeu. Entre essas medidas, cita-se uma maior participação em feiras setoriais, com ênfase para apresentação de produtos brasileiros não-tradicionais com sofisticação tecnológica. Foi estimulado o intercâmbio de missões governamentais e empresariais que, inclusive, visitaram locais fora das capitais. Finalmente, no Brasil procurou-se obter maior coordenação entre as instituições que intervêm no comércio exterior.

No campo do comércio bilateral com a União Soviética, o superávit estrutural em favor do Brasil tem constituído obstáculo à expansão das trocas. Nesse sentido, verifica-se que, a partir do ano de 1982, as vendas soviéticas têm diminuído regularmente. Essa tendência

manteve-se em 1986. Entre janeiro e setembro, exportamos US$ 226.927 mil e importamos US$ 33.251 mil, verificando-se uma redução de 38% no comércio bilateral com relação ao mesmo período do ano anterior. Diante disso, nossa preocupação, em 1986, foi a de estudar em conjunto com as autoridades soviéticas, mecanismos que permitam elevar o patamar do comércio bilateral.

A tônica das relações econômicas com a Polônia é dada pela questão da negociação em curso da dívida para com o Brasil, discutida no âmbito do Clube de Paris. Ainda no que tange à dívida, estiveram no Brasil, de 10 a 15 de março e de 14 a 19 de setembro, duas missões financeiras daquele país. O comércio com Varsóvia continua, no interesse dos países, desenvolvendo-se dentro do sistema de contas escriturais e apresenta, no momento, ligeiro superávit favorável ao Brasil.

O Brasil participou oficialmente da XXI Feira da Primavera de Leipzig. Em 1986 foi assinado, com a República Democrática Alemã, Protocolo ao Acordo de Comércio e Pagamentos com vistas ao incremento do intercâmbio comercial entre os dois países no período de janeiro de 1987 a dezembro de 1990. Entre janeiro e setembro de 1986, o Brasil exportou US$ 151.470 milhões para a RDA e importou US$ 135.725 milhões.

Com os demais países da região o comércio bilateral não tem atingido valores significativos.

Assuntos Científicos e Tecnológicos

Tendo em mente o princípio dos benefícios mútuos, busca o Brasil desenvolver projetos de cooperação em áreas de alta tecnologia, apresentando-se como parceiro de alto nível, capaz de contribuir no processo de transferência de conhecimentos.

Assuntos Culturais

Apresentaram-se no Brasil artistas da região, isoladamente ou em grupos, e participaram de delegações em eventos coletivos.

O Brasil participou do Festival de Cinema de Belgrado e realizou um "Encontro com o Brasil", na cidade de Zagreb, nos dias 22 e 23 de setembro, com exposições de gravuras, desenhos gráficos, cartazes, fotografias, artesanato e duas mesas-redondas sobre economia brasileira e cooperação no campo de saúde.

ASSUNTOS CONSULARES

O primeiro fato relevante a assinalar foi a substancial alteração sofrida pela rede consular brasileira em 1986. Em conseqüência disso, foram fechados os Consulados-Gerais em Antuérpia, Dusseldorf, Liverpool, Madri e Tóquio; os Consulados em Gênova, Havre e Trieste; e os Vice-Consulados em Valparaíso, Valetta, Vigo e Willemstadt. Ademais, deixaram de ser Consulados-Gerais de Primeira Classe as Repartições em Barcelona, Hamburgo e Hong Kong.

A reestruturação mencionada acima foi ainda acompanhada por outras providências de complementação de medidas tomadas em 1985 relativas ao fechamento dos Consulados em Gdynia, Istambul, Nápoles e Rosário e dos Vice-Consulados em Cobe e Monterrey. Houve, portanto, uma redução considerável de postos no exterior sem prejuízo no funcionamento da rede consular do Brasil e trazendo aos cofres públicos uma apreciável economia de gastos.

Foram recolhidos ao Tesouro Nacional Cz$ 33.470.968,51 em emolumentos consulares; efetuadas mais de 100 repatriações de cidadãos brasileiros; legalizados milhares de documentos; respondidas aproximadamente 1.000 consultas jurídicas; e processadas mais de 10.000 justificativas de ausência eleitoral.

De grande utilidade para a atividade consular e para o relacionamento diplomático brasileiros, têm sido às reuniões de grupos bilaterais de cooperação consular. Em 1986, reuniram-se os grupos com o Paraguai e a Bolívia, bem como ocorreu uma reunião de consultas com autoridades francesas em Caiena. Essas reuniões têm se mostrado úteis e proveitosas, na medida em que permitem evitar, freqüentemente, a exploração, com fins políticos, de assuntos delicados, como o tráfico de drogas e o roubo de veículos.

Nas áreas de competência das Divisões de Passaportes e de Imigração, notou-se, sobretudo, a elevação do número de documentos e casos processados em função da maior presença brasileira no exte-

rior. A aplicação da sistemática que simplificou a concessão de vistos para naturais da Europa Oriental compensou, de certa forma, o trabalho adicional acarretado pela aplicação de reciprocidade à França em matéria de vistos.

No que se refere ao Serviço de Processamento Jurídico registraram-se as seguintes atividades:

a) pedidos de extradição: enviados 2 e recebidos 29;
b) cartas rogatórias: processadas aquelas em curso, encaminhadas 263 novas e recebidas 223 novas;
c) perdas de nacionalidade brasileira: processadas 476 guias;
d) pedidos de asilo: encaminhados 7;
e) expulsão de estrangeiros: processados 83 casos;
f) processos de naturalização: 7 casos;
g) autorização para aceitar empregos de Governos estrangeiros: 20 processos;
h) sentenças de adoção: 11 homologações.

Outrossim, foram atendidos vários pedidos de pareceres e informações, formulados por setores do Itamaraty e por Missões diplomáticas estrangeiras no Brasil, especialmente no campo de privilégios e imunidades diplomáticas.

REGISTRO DE VISITAS

AMÉRICA

País : Uruguai
Nome : Enrique Iglesias
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 21/03/86
Objetivo : I Reunião da Comissão Geral de Coordenação
Comitiva : Dr. Carlos Manini Rios (Ministro do Interior)
Dr. Carlos Pirán (Ministro)
Luís Mosca (Ministro Interino da Economia e Finanças)

País : Paraguai
Nome : Carlos Augusto Saldívar
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 24/03/86
Objetivo : Encontro com o Chanceler Abreu Sodré

País : Paraguai
Nome : Alfredo Stroessner
Cargo : Presidente da República
Período : 09 a 11/05/86
Objetivo : Posse do Dr. João Ferraz de Campos como Governador do Paraná.

País : Paraguai
Nome : Carlos A. Saldívar
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 20/06/86
Objetivo : Almoço comemorativo do novo mandato dos órgãos de cúpula da Itaipu Binacional e assinar acordo criando Comitês de Fronteira em Guaíra-Saltos del Guaira e Ponta Porã-Pedro Juan Caballero.

País : Paraguai
Nome : Adan Godoy Jiménez

Cargo : Ministro da Saúde e Bem-Estar Social
Período : 06 a 08/08/86
Objetivo : Intercâmbio de conhecimentos.

País : Uruguai
Nome : Julio Maria Sanguinetti
Cargo : Presidente da República
Período : 11 a 13/08/86
Objetivo : Aprofundamento do diálogo bilateral.
Comitiva : Ricardo Zerbino (Min. da Economia e Finanças)
Pedro Bonino Garmendia (Ministro da Pecuária, Agricultura e Pesca)
Jorge Presno (Ministro da Indústria e Energia)
Enrique Iglésias (Ministro das Relações Exteriores)

País : Paraguai
Nome : Delfin Ugarte Centurión
Cargo : Ministro da Indústria e Comércio
Período : 21 e 22/08/86
Objetivo : Conversar sobre projeto de interconexão ferroviária, fluxo turístico, cooperação técnica, comércio e complementação industrial.

País : Paraguai
Nome : Carlos A. Saldívar
Cargo : Ministro das Rel. Exteriores
Período : 17/10/86
Objetivo : Manter conversações com o Chanceler Sodré em Foz do Iguaçu.

País : Argentina
Nome : Raúl Ricardo Alfonsín
Cargo : Presidente da República
Período : 08 a 11/12/86
Objetivo : Visita oficial.

País : Uruguai
Nome : Julio Maria Sanguinetti
Cargo : Presidente da República
Período : 10/12/86
Objetivo : Conversações com os Presidentes Sarney e Alfonsín.
Comitiva : Enrique Iglesias (Ministro das Relações Exteriores)

País : Colômbia
Nome : Belisário Bitencur
Cargo : Presidente da República
Período : 30/01/86
Objetivo : Instalação, em Manaus, da Comissão de Coordenação Brasileiro-Colombiana.

País : Colômbia
Nome : Embaixador Alberto Martinez
Cargo : Chefe do Departamento de Fronteiras da Chancelaria colombiana
Período : Março de 1986
Objetivo : COMISTA de Demarcação de Fronteiras.

País : Colômbia, Suriname e Venezuela
Nome : Enrique Parejo Gonzalez
Roberto Van Trikt
José Manzo Gonzalez
Cargo : Ministro da Justiça
Ministro da Saúde
Ministro da Justiça
Período : 22 a 25/04/86
Objetivo : Conferência Especializada Interamericana sobre Tráfico de Drogas
Chefes de Delegação : Colômbia – Enrique Parejo Gonzalez (Ministro da Justiça)
Suriname – Roberto Van Trikt (Ministro da Saúde)
Venezuela – José Manzo Gonzalez (Ministro da Justiça)

País : Bolívia
Nome : Carlos Morales
Cargo : Ministro de Minas e Hidrocarbonetos
Período : 26 a 28/05/86
Objetivo : Visita oficial

País : Peru
Nome : Hubert Wieland
Cargo : Secretário-Geral do Ministro das Relações Exteriores
Período : 24 e 25/07/86

País : Venezuela
Nome : Sonia Sgambatti
Cargo : Vice-Ministra da Justiça
Período : 15 e 16/09/86
Objetivo : Reunião da Subcomissão Mista de Entorpecentes e Substâncias Psico-Trópicas, em Boa Vista.

País : Suriname
Nome : Pertab Radhakishun
Cargo : Primeiro-Ministro
Período : 15 e 16/10/86
Objetivo : Avistar-se com o Sr. Presidente da República e com o Chanceler Abreu Sodré.

País : Guiana
Nome : Ivan Hamilton
Cargo : Diretor-Executivo do Banco Central da Guiana
Período : 25/11/86
Objetivo : Renegociar dívida pendente com Banco Central do Brasil

País : Colômbia
Nome : Maria Mercedes Cuellar de Martinez
Cargo : Chefe do Departamento Nacional de Planejamento
Período : 26 a 28/11/86
Objetivo : Reunião Informal de Planejamento Brasil-Colômbia

País : Bolívia, Peru e Venezuela
Nome : Carlos Vargas Romero
René Flores Agreda
Sonia Sgambatti
Cargo : Secretário de Justiça do Ministério da Justiça, Imigração e Interior
Diretor–Geral do Escritório Executivo de Combate às Drogas
Vice-Ministra da Justiça
Período : 09 a 11/12/86
Objetivo : Reunião do ASEP
Chefes de Delegação : Bolívia – Carlos Vargas Romero (Secretário de Justiça do Ministério da Justiça, Imigração e Interior)
Peru – René Flores Agreda (Diretor-Geral do Escritório Executivo de Combate às Drogas)
Venezuela – Sonia Sgambatti (Vice-Ministra da Justiça)

País : Suriname
Nome : Henk Heideweiler
Cargo : Chefe de Gabinete do Presidente Bouterse
Período : 16 a 17/12/86
Objetivo : Entrevistar-se com o Presidente Sarney e com o Chanceler Abreu Sodré.
Nome : Reunião dos Chanceleres do Grupo de Contadora
Local : Rio de Janeiro
Período : 16 a 18/12/86
Compareceram : Chanceleres do Peru, Venezuela e Colômbia.

País : Nicarágua
Nome : Comandante Tomas Borge
Cargo : Ministro do Interior
Período : 05 a 07/03/86
Objetivo : Expor situação interna de seu país e apresentar quadro da crise na América Central.

País : Costa Rica
Nome : Oscar Arias Sanchez
Cargo : Presidente-eleito
Período : 15 a 17/04/86
Objetivo : Expor fundamentos da política externa de sua futura gestão.

País : Canadá
Nome : Michael Bell
Cargo : Vice-Ministro Adjunto dos Negocios Exteriores e Chefe da Área da América Latina e do Caribe
Período : 13 e 14/05/86
Objetivo : III Reunião de Consultas Políticas Bilaterais

País : El Salvador
Nome : José Napoleon Duarte
Cargo : Presidente da República
Período : 20 e 21/05/86
Objetivo : Visita oficial

País : Cuba
Nome : Mercedes Verona
Cargo : Diretora do Instituto de Conjuntura/MINCEX
Período : 27 a 30/07/86
Objetivo : Fomento e incremento do intercâmbio entre os dois países.

País : Nicarágua
Nome : Comandante Moisés Hassan Morales
Cargo : Prefeito de Manágua
Período : 31/08 a 11/09/86
Objetivo : Encontro de Municípios, em Salvador.

País : Canadá
Nome : James H. Taylor
Cargo : Subsecretário de Estado das Relações Exteriores
Período : 15/09/86
Objetivo : Consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais.

País : México
Nome : Héctor Hernández Cervantes
Cargo : Secretário de Comércio e Fomento Industrial
Período : 22 e 23/09/86
Objetivo : Apresentar proposta mexicana de integração econômica.

País : México
Nome : Froylan Vargas Gomes
Cargo : Subsecretário de Infraestrutura da Secretaria de Comunicações e Transporte
Período : 22/09/86
Objetivo : Preparação do XV Congresso Panamericano de Rodovias.

País : Cuba
Nome : Mario Zarragoitia
Cargo : Diretor de Importação do Ministro do Comércio Exterior
Período : 06 e 07/10/86
Objetivo : Identificar oferta de produtos brasileiros exportáveis para Cuba.

País : Cuba
Nome : Ricardo Cabrisas Ruiz
Cargo : Ministro do Comércio Exterior
Período : 12 a 22/10/86
Objetivo : Reunião do GEPLACEA, em Maceió, de 12 a 16/10 e explorar possibilidades concretas de comércio bilateral.

País : México
Nome : Bernardo Sepúlveda Amor
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 20 a 22/10/86

Objetivo : IV Reunião da Subcomissão Mista Econômica e Comercial Brasil-México.

País : El Salvador
Nome : Rodolfo Castillo Claramount
Cargo : Vice-Presidente
Período : 16 a 19/11/86
Objetivo : Agradecer auxílio humanitário brasileiro às vítimas do terremoto do dia 10/10/86.

País : Canadá
Nome : Emile Gauvreau
Cargo : Diretor Geral para Cooperação Industrial (CIDA)
Período : 02/12/86
Objetivo : Chefiar missão empresarial

EUROPA

Alemanha

Nome : Manfred Woerner
Cargo : Ministro da Defesa
Período : 23 a 28/05/86
Objetivo : Contactos com Governo e empresas brasileiras.

Nome : Ignaz Kiechle
Cargo : Ministro da Agricultura
Período : 27/07 a 02/08/86
Objetivo : Intensificar cooperação teuto-brasileira no setor.

Nome : Heinz Riesenhuber
Cargo : Ministro da Pesquisa e Tecnologia
Período : 17 a 27/08/86
Objetivo : Retribuir visita do Min. Renato Archer.

Nome : Werner Dollinger
Cargo : Ministro dos Transportes
Período : 30/08 a 04/09/86
Objetivo : Contactos com autoridades brasileiras.

Suíça

Nome : Kurt Furgler
Cargo : Ministro da Economia

Período : 11 e 12/09/86
Objetivo : Contactos com autoridades brasileiras e inaugurar a mostra. "Tecno Suíça 86 Brasil", em São Paulo.

Finlândia

Nome : Kalevi Sorsa
Cargo : Primeiro-Ministro
Período : 16 e 17/06/86
Objetivo : Aprofundar relações bilaterais.

Nome : Jermu Laine
Cargo : Ministro do Comércio Exterior
Período : 09 e 10/10/86
Objetivo : II Reunião da COMISTA.

Dinamarca

Nome : Uffe Ellemann-Jensen
Cargo : Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 09 a 11/06/86
Objetivo : IV Reunião da Comista

França

Nome : Didier Bariani
Cargo : Secretário de Estado Adjunto ao Quai d'Orsay
Período : 28 a 30/07/86
Objetivo : Lançamento do Projeto Brasil-França.

Nome : Michel Rocard
Cargo : ex-Ministro da Agricultura e do Planejamento
Período : junho
Objetivo : Visita oficial.

Portugal

Nome : Pedro Pires de Miranda
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : 18 a 20/08/86
Objetivo : Reunião de Consultas Políticas Brasil-Portugal

Nome : Mota Amaral
Cargo : Presidente da Região Autônoma de Madeira
Período : 28 a 30/04/86
Objetivo : Promoção de investimentos na Zona Franca de Madeira.

Turquia

Nome : Zeki Yavuzturk
Cargo : Ministro da Defesa
Período : 11 a 16/05/86
Objetivo : Visitar indústrias de armamentos.

Itália

Nome : Antonio Gava
Cargo : Ministro dos Correios e Telecomunicações
Período : 27/03 a 08/04/86
Objetivo : Desenvolvimento das relações ítalo-brasileiras no campo das telecomunicações

Nome : Flaminio Piccoli
Cargo : Presidente da Democracia Cristã
Período : 17 a 22/03/86
Objetivo : Convite do Presidente Sarney.

Reino Unido

Nome : Sir Antony Acland
Cargo : Subsecretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Período : 24/02 a 02/03/86
Objetivo : Conversações no Itamaraty.

Suécia

Nome : Soberanos Suecos
Objetivo : Visita privada.

URSS

Nome : Alexei Nicolaevitch Manjoulo
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 15 a 18/04/86
Objetivo : X COMISTA de Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Tecnológica.

Nome : Vladimir Pavlovitch Souslov
Cargo : Embaixador para Encargos Especiais
Período : 10/08/86
Objetivo : Consultas sobre a XLI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Nome : Vladimir Federovitch Mokhovkov
Cargo : Vice-Ministro dos Trabalhos de Melhoramentos e da Economia Hidráulica
Período : 18/11/86
Objetivo : Missão de cooperação técnica em irrigação.

República Democrática da Alemanha

Nome : Klaus Hartig
Cargo : Secretário-Geral do Ministério do Comércio Exterior
Período : 29/04/86
Objetivo : Preparação da COMISTA e elaboração de pacote comercial.

Nome : Wolfgang Keil
Cargo : Vice-Ministro da Construção de Máquinas Pesadas
Período : 07 11/07/86
Objetivo : Contactos com empresas estatais e privadas.

Nome : Wilhelm Bastian
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 23 a 26/09/86
Objetivo : VI COMISTA

Tchecoslováquia

Nome : Ladislav Vodraska
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 19 a 23/01/86
Objetivo : Contacto com autoridades e empresas brasileiras.

Nome : Jaromir Zak
Cargo : Ministro das Finanças
Período : 25 a 28/08/86
Objetivo : Acordo para evitar bitributação.

Polônia

Nome : Wieslaw Salata
Cargo : Diretor do Departamento de Política Comercial do Ministro do Comércio Exterior.
Período : 10 a 15/03/86
Objetivo : Chefiar Missão Financeira.

Nome : Wladislaw Golebiewski
Cargo : Diretor do Escritório de Refinanciamento das Obrigações Estrangeiras do Banco Handlowy S/A
Período : 14 a 19/09/86
Objetivo : Chefiar Missão Financeira.

Romênia

Nome : Petru Enache
Cargo : Vice-Presidente do Conselho de Estado
Período : 17 a 20/01/86
Objetivo : Entregar mensagem do Presidente Ceausescu ao Presidente Sarney.

Nome : Vasile Pungan
Cargo : Ministro do Comercio Exterior e da Cooperação Internacional.
Período : 15 a 22/05/86
Objetivo : Reunião do SGPC e XIX COMISTA.

Nome : Gheorghe Dinu
Cargo : Vice-Ministro da Indústria de Maquinaria Pesada
Período : 19/12/86
Objetivo : Contacto com autoridades e empresas brasileiras.

Bulgária

Nome : Milko Balev
Cargo : Membro do Conselho de Estado e do Politburo do Comitê Central do P.C.
Período : 27 a 30/10/86
Objetivo : Aprofundar relacionamento econômico bilateral.

Hungria

Nome : Imre Dunai
Cargo : Vice-Ministro do Comércio Exterior
Período : 03 a 05/04/86
Objetivo : Contactos com autoridades brasileiras.

Nome : Lazlo Agostón
Cargo : Vice-Diretor da Agência Húngara de Notícias
Período : 16/12/86
Objetivo : Contactos com a EBN.

Iugoslávia

Nome : Nenad Krekic
Cargo : Secretário Federal do Comércio Exterior
Período : 19 a 23/03/86
Objetivo : Reunião do SGPC.

Nome : Milan Pavic
Cargo : Presidente da Câmara de Economia
Período : 13 a 19/10/86
Objetivo : Contactos com autoridades brasileiras.

Nome : General Jovan Matovic
Cargo : Diretor Geral de Suprimentos e Produção das F.F.A.A.
Período : 12 a 18/10/86
Objetivo : Visitar EMFA e empresas brasileiras de armamentos.

ASIA e OCEANIA

China

Nome : Wang Liansheng
Cargo : Diretor do Departamento de Finanças Exteriores
Período : Fevereiro
Objetivo : Conhecer experiência brasileira com empréstimos do Banco Mundial.

Nome : Sra. Quian Ruoyan
Cargo : Vice-Presidente da Cia. Nacional do Comércio da China com a América Latina.
Período : Junho
Objetivo : Expansão do comércio bilateral.

Nome : Delegação da Comissão da Reforma Econômica Estatal
Chefia : Zhu Ang
Período : Agosto
Objetivo : Conhecer experiência brasileira com o emprego do capital externo no país.

Nome : Cui Naifu
Cargo : Min. de Assuntos Civis
Período : Setembro

Índia

Nome : Pratap Singh
Cargo : Min. do Comércio e Finanças.
Período : Maio
Objetivo : Reunião do SGPC

Nome : Prof. Rangachari Marayanan
Cargo : Diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Jarvarlahal Mehru
Período : Novembro
Objetivo : Elaborar estudo sobre realidade brasileira.

Paquistão

Nome : Syal Faber Iman
Cargo : Porta-voz da Assembléia Nacional
Período : Abril
Objetivo : Chefiar Delegação Parlamentar.

DAOC-II

País : Tailândia
Nome : Surat Osathanugrah
Cargo : Ministro do Comércio
Período : 09 a 13/03/86
Objetivo : Tratar de exportações de arroz tailandês para o Brasil.

País : Nova Zelândia
Nome : Barry Hewit Brooks
Cargo : Embaixador junto ao Governo brasileiro (sediado em Santiago)
Período : 10 a 22/03/86
Objetivo : Visita periódica.

País : Japão
Nome : Delegação da Federação das Organizações Econômicas (KEIDANREN)
Período : 17 a 20/03/86

País : Malásia
Nome : Tunku Razaleigh Hamzab
Cargo : Ministro da Indústria e Comércio
Período : 19/05/86
Objetivo : Reunião do SGPC.

País : Japão
Nome : Embaixador Tatsuo Yagamuchi
Cargo : Diretor Geral do Departamento da América Latina e do Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Período : 20/08/86
Objetivo : Reunião de Embaixadores japoneses na América Latina.

País : Austrália
Nome : Cavan O. Hogue
Cargo : Delegado Alterno nas Nações Unidas.
Período : 22/08/86
Objetivo : Conversar sobre assuntos da 41ª Assembleia-Geral das Nações Unidas.

País : Japão
Nome : Torao Aoki
Cargo : Prof. da Universidade de Niigata
Período : 23/08 a 05/09/86
Objetivo : Chefiar missão do "Japan Consulting Institute" para fazer estudo preliminar das possibilidades de investimento e de cooperação técnica na área de produtos de alta tecnologia..

País : Austrália
Nome : John Dawkins
Cargo : Ministro do Comércio Exterior
Período : 20 a 23/09/86
Objetivo : Trocar idéias sobre a nova rodada de negociações no GATT.

País : Japão
Nome : Reishi Tejima
Cargo : Vice-Ministro dos Assuntos Econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Período : 25/09/86
Objetivo : Visita de Cortesia, troca de opiniões sobre Reunião Ministerial no GATT, em Punta del Este.

País : Coréia
Nome : Jal-Hyung Hong
Cargo : Ministro Assistente da Coordenadoria do Planejamento Econômico
Período : 25 a 26/09/86
Objetivo : Troca de idéias sobre dificuldades do relacionamento comercial com os EUA.

País : Japão
Nome : Príncipe e Princesa Hitachi
Período : 26/09 a 04/10/86
Objetivo : Visita privada.

País : Indonésia
Nome : Missão empresarial
Período : 06 a 09/10/86
Objetivo : Contrato de operação de "counter-trade".

País : Coréia
Nome : General de Divisão Ryu Seung Kook
Cargo : Vice-Presidente da Junta de Chefes do Estado-Maior
Período : 16 a 18/10/86
Objetivo : Convidado pelo EMFA.

País : Nova Zelândia
Nome : Mike Moore
Cargo : Ministro do Comomércio Exterior e Turismo
Período : 01 a 05/11/86
Objetivo : Chefiar missão empresarial e assinar Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Comercial e Cooperação Científico-Tecnológica, Industrial e Econômica.

ÁFRICA

País : Moçambique
Nome : Armando Guebuza
Cargo : Ministro Junto à Presidência (Economia)
Período : 08 a 22/04/86
Objetivo : Representar a FRELIMO no 60º aniversário do P.C. brasileiro.

País : Cabo Verde
Nome : Missão Militar
Período : 05 a 22/07/86
Objetivo : Preparar visita do Ministro das Forças Armadas e Segurança.

País : Guiné-Bissau
Nome : Alexandre Nunes Correia
Cargo : Ministro da Saúde Pública
Período : 21 a 22/07/86
Objetivo : Troca de idéias e obter doação de medicamentos.

País : Angola
Nome : Ismael Gaspar Martins
Cargo : Ministro do Comércio Externo.
Período : 12 a 18/07/86
Objetivo : Intensificar comércio bilateral.

País : Zâmbia
Nome : Basil R. Kabwe
Cargo : Ministro das Finanças e da Comissão para o Planejamento.
Período : 12 a 14/08/86
Objetivo : Reestruturação da dívida externa e sondagem de oportunidades comerciais.

País : Gana
Nome : Charles K. Annam
Cargo : Ministro Interino da Agricultura
Período : Janeiro
Objetivo : Visitar projetos de irrigação

País : Gana
Nome : Obed Ydo Asamoah
Cargo : Ministro das Relações Exteriores
Período : Abril
Objetivo : Entregar mensagem do Presidente Raxlings ao Presidente Sarney.

País : Camarões
Nome : André Bosco Cheoua
Cargo : Ministro dos Transportes
Período : Abril
Objetivo : Conhecer projetos brasileiros na área de transportes

País : Senegal
Nome : Alioune Diagna Coumba Aita
Cargo : Ministro do Urbanismo e Habitação
Período : Maio
Objetivo : Conhecer projetos brasileiros na área de desenvolvimento urbano e habitacional.

País : Libéria
Nome : John P. Beh
Cargo : Ministro do Esporte e Juventude
Período : Maio
Objetivo : Cooperação em futebol.

País : Camarões
Nome : Michael Tabong Kima
Cargo : Ministro das Minas e Energia
Período : Maio
Objetivo : Cooperação em energia

País : Guiné Conacri
Nome : Ousmane Sylla
Cargo : Ministro dos Recursos Minerais e Energia
Período : Julho
Objetivo : Trocar idéias sobre a comercialização de bauxita.

País : Costa-do-Marfim
Nome : Denis Bra Kanon
Cargo : Ministro de Agricultura
Período : Agosto
Objetivo : Trocar idéias sobre a comercialização do café.

País : Nigéria
Nome : Kalu Idika Kalu
Cargo : Ministro do Planejamento
Período : Agosto/Setembro
Objetivo : Discutir "counter-trade"

País : Senegal
Nome : Mohammed Sonko
Cargo : Secretário Geral das Relações Exteriores
Período : Novembro

ORIENTE PRÓXIMO

País : Iraque
Nome : Taha Yassin Ramadhan
Cargo : Primeiro Vice-Primeiro-Ministro
Período : 26 a 30/05/86
Objetivo : VI COMISTA

País : Síria
Nome : Deputado Mahmoud Al-Zoubi
Cargo : Presidente da Assembléia do Povo
Período : 16 e 17/06/86
Objetivo : II Reunião do Conselho Executivo da Organização de Parlamentares e Personalidades de Ascendência árabe no Continente Americano e Países Árabes.

País : Israel
Nome : Ronnie Milo
Cargo : Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 21 e 22/08/86
Objetivo : Contactos na área bilateral

País : Irã
Nome : Ali Mohammad Besharati Jehromi
Cargo : Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Período : 29 e 30/09/86
Objetivo : Contactos na área bilateral

País : Iêmen do Sul
Nome : Saleh Abu Bakr Ben Husseinoum
Cargo : Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Energia e Minerais
Período : 04 a 07/10/86
Objetivo : Contactos na área bilateral

País : Egito
Nome : Mohamed Abaza
Cargo : Min. da Eletricidade e da Energia
Período : 27/04 a 04/05/86

País : Líbia
Nome : Ibrahim Abukhazan
Cargo : Secretário do Congresso Geral do Povo
Período : 30/05 a 06/06/86

País : Argélia
Nome : Belkacen Nabi
Cargo : Ministro da Energia
Período : 08 a 14/07/86

País : Líbia
Nome : Kamel Mansur
Cargo : Chanceler
Período : 20 a 23/07/86
Objetivo : Visita informal

País : Tunísia
Nome : Ahmed
Cargo : Embaixador
Período : 23 a 26/07/86
Objetivo : Enviado especial

País : Argélia
Nome : Chadli Bendjedid
Cargo : Presidente
Período : 13 a 14/10/86

ASSUNTOS CONSULARES

País : Austrália
Nome : Missão Negociadora
Período : Novembro
Objetivo : Negociar Tratado de Extradição.

ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS

O Brasil imprimiu marcado impulso renovador à sua atuação política multilateral em 1986, em consonância com a nova realidade política do País, inaugurada no ano anterior, e com as diretrizes traçadas pelo Presidente José Sarney em matéria de política externa. Assistiu-se, assim, em 1986, ao revigoramento da presença brasileira no cenário mundial, mediante uma política externa independente, voltada para a solução de questões internacionais relevantes e para o fortalecimento e prestígio da Organização das Nações Unidas e dos demais foros multilaterais internacionais e regionais.

A culminância dos esforços da diplomacia brasileira na perseguição desses objetivos foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul pela Assembléia-Geral da ONU, com a adoção da Resolução 41/11, a partir de uma iniciativa do Brasil cuja essência fora adiantada no pronunciamento presidencial à 40ª Assembléia-Geral.

A presença brasileira também se adensou em outras áreas de significação especial para nossa diplomacia multilateral, de que são exemplos a continuada postulação da candidatura brasileira ao Conselho de Segurança da ONU, lançada em finais de 1985, a visita do Secretario-Geral dessa organização ao Brasil, em março, durante a qual foram reafirmados os compromissos do País com o reforço da ONU e a identidade entre o ideário democrático brasileiro e os propósitos e princípios da Carta da organização, bem como a ativa participação do Brasil no Grupo de 18 Peritos de Alto Nível encarregado de propor soluções para a crise administrativo-financeira com que se defronta a ONU.

O Brasil também demonstrou destacada atuação como membro do Grupo de Apoio a Contadora no encaminhamento, nas Nações Unidas ou em outras oportunidades, de propostas de conciliação e paz para a situação de tensão existente na América Central. Foram renovados os compromissos do Brasil com o processo de negociação multilateral do desarmamento, bem como dinamizadas as atividades refe-

rentes ao combate ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes. Na área dos direitos humanos, o Brasil demonstrou, além de uma participação ativa na Comissão de Direitos Humanos da ONU, a disposição de prestigiar os principais instrumentos internacionais sobre a matéria.

Em seu discurso de abertura dos trabalhos da 41ª Sessão da Assembléia-Geral da ONU, o Ministro de Estado das Relações Exteriores pôs em relevo essa ampliação de cometimentos do Brasil na cena internacional, detendo-se na consideração dos temas mais relevantes da agenda, com relação aos quais a delegação brasileira se empenhou, posteriormente, em atuar com firmeza na defesa e promoção das posições básicas expostas pelo Chanceler Abreu Sodré. Tais temas incluem, inter alia: a necessidade de uma ordem econômica e tecnológica internacional mais equânime e justa; o problema particular do endividamento latino-americano; o recente esforço em prol da integração latino-americana; a problemática da África Austral e do **apartheid**; a crise na América Central; a situação no Oriente Médio; a questão das Malvinas, objeto de Resolução de que o Brasil foi copatrocinador; o processo de desarmamento; e, naturalmente, a proposta de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O Brasil evidenciou assim, em 1986, mais do que nunca, sua clara disposição não somente de continuar a respaldar, mas também de ativamente contribuir para a consolidação e o reforço do sistema das Nações Unidas e órgãos associados, de cujas atividades participará com redobrado empenho, na convicção de que compõem mecanismo insubstituível para a cooperação internacional e para a busca de soluções satisfatórias e duradouras para os grandes problemas que afetam a comunidade internacional como um todo.

Em 1986, o Brasil continuou igualmente a prestar seu apoio aos diversos órgãos do sistema interamericano, participando de todos os eventos realizados no decorrer desse ano. A ativa participação brasileira em diversas instâncias internacionais e regionais foi assim recompensada pela eleição de brasileiros a cargos de responsabilidade, como a Deputada Ruth Escobar ao Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU, a do Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro para a Comissão Jurídica Interamericana ou a do Embaixador Carlos Calero Rodrigues para a Comissão de Direito Internacional.

Cabe ainda menção à ativa participação do Brasil aos diversos mecanismos e instituições ligados ao Direito do Mar, ao sistema antártico e às organizações de cunho cultural multilateral.

Atlântico Sul

A iniciativa mais importante que o Brasil empreendeu no âmbito da política externa multilateral em 1986 se corporificou na proposta de criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, concretizada pela adoção da Resolução 41/11 da Assembléia-Geral das Nações Unidas em 27 de outubro. A proposta brasileira que deu ensejo à criação da referida Zona de Paz e Cooperação constituiu seqüência lógica de diversas manifestações nas quais o Brasil evidenciou suas preocupações e interesses permanentes em relação ao Atlântico Sul, a começar pelo discurso do Presidente da República na 40ª Assembléia-Geral da ONU, em 1985, e pelas alocuções que proferiu, já em 1986, em suas visitas a Portugal e Cabo Verde.

No mês de maio, o Ministro das Relações Exteriores solicitou formalmente ao Secretário-Geral da ONU a inclusão de item específico sobre a matéria na agenda da 41ª Assembléia-Geral. Na carta que então dirigiu ao Secretário-Geral, estavam fixados os elementos essenciais da proposta brasileira: a) a definição do Atlântico Sul como região com identidade específica; b) o caráter afro-latino-americano dessa região; c) a afirmação de uma responsabilidade especial dos países da área sobre o Oceano; d) a ênfase na idéia da cooperação regional para o aproveitamento do potencial econômico-comercial e técnico-científico aberto aos países da área; e) o empenho em neutralizar as ameaças à paz e à segurança na região, representadas de um lado pelas perspectivas de uma extensão à área da confrontação Leste-Oeste, e da conseqüente proliferação geográfica de armas nucleares e, de outro, pelas tensões criadas pelo regime aparteísta da África do Sul.

Levada a votação no Plenário da Assembléia-Geral em 27 de outubro, o projeto da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, co-patrocinado pela grande maioria dos países da região (nomeadamente, além do Brasil, Argentina, Uruguai, Angola, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria, São Tomé e Príncipe), recebeu a mais expressiva votação (124 votos favoráveis, contra apenas um negativo e oito abstenções) dentre todas as iniciativas do mesmo gênero formuladas no contexto de outras regiões, transformando-se na Resolução 41/11, que consagrou definitivamente a criação da Zona de Paz e Cooperação preconizada.

O Brasil, com essa iniciativa, deu implementação à orientação definida pelo Presidente José Sarney para sua política externa, colocando-se, na medida de suas possibilidades, na vanguarda de significativo esforço em prol da paz, da segurança e do desenvolvimento

econômico e social de uma vasta região do globo. Contribuiu, dessa forma, também para o fortalecimento dos mesmos objetivos em escala mundial, em plena consonância com os ideais postulados para o Ano Internacional da Paz, que se comemorou justamente em 1986.

América Central

A problemática relativa à América Central aprofundou-se no decorrer de 1986, apresentando, como fator principal, a hostilidade entre os Estados Unidos e a Nicarágua, seguida das dificuldades no relacionamento entre este último país e seus vizinhos na região. Em vista do agravamento da crise, os Grupos de Contadora e de Apoio redobraram esforços, quer nos órgãos multilaterais mais amplos, como a ONU e a OEA, quer mediante reuniões mais freqüentes dos dois Grupos, no sentido de divisar caminhos para o equacionamento da crise, podendo conduzir a uma solução pacífica e negociada. Nesses esforços, o Brasil, como membro do Grupo de Apoio, teve atuação destacada, tendo sediado reunião dos oito Chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio, realizada em dezembro no Rio de Janeiro.

Após reuniões em Caraballeda e em Punta del Este, em janeiro e fevereiro respectivamente, como resultado de encontros no Panamá em abril e junho foi elaborada nova versão da Ata de Paz e Cooperação na América Central, originariamente proposta em 1984. A nova versão da Ata não pôde ser assinada, contudo, devido às posições discrepantes que foram adotadas a respeito pela Nicarágua e pelos demais países centro-americanos. Os Grupos de Contadora e de Apoio mantiveram ainda reuniões na Costa Rica, em maio, e em Nova York, em outubro.

Em novembro, em desdobramento de amplas implicações, os Secretários-Gerais da ONU e da OEA recordaram em "aide-mémoire" conjunto a gama de serviços das duas Organizações que poderiam ser utilizados como complemento e consolidação das gestões de paz conduzidas no marco de Contadora. Na reunião de dezembro, justamente realizada no Rio de Janeiro, os Chanceleres dos oito países representados decidiram, inter alia: a) conferir a seus encontros o caráter de mecanismo permanente de consulta e concertação política; b) acolher com beneplácito a oferta de serviços dos Secretários-Gerais da ONU e da OEA, e c) renovar seu esforço pacificador na região, mediante a programação de gestões urgentes e de uma visita dos oito Chanceleres e dos dois Secretários-Gerais aos cinco países da América Central.

No decorrer do ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi convocado duas vezes, por iniciativa nicaraguense, para considerar a recusa dos Estados Unidos em observarem a sentença da Corte Internacional de Justiça condenatória das atividades militares contra a Nicarágua. Em virtude do veto norteamericano, o Conselho não adotou nenhuma resolução a respeito. Em contrapartida, a Assembléia-Geral aprovou três resoluções relevantes sobre a matéria, referentes: a) à situação na América Central, copatrocinada pelo Brasil e pelos integrantes dos Grupos de Contadora e de Apoio, adotada por consenso; b) ao embargo econômico-comercial contra a Nicarágua, aprovada com voto positivo brasileiro; c) à sentença da Corte Internacional de Justiça, também aprovada com voto positivo brasileiro.

O Brasil, em consonância com preceitos de ação para a América Latina definidos pelo Presidente da República, atuou também na Assembléia-Geral da ONU de forma a promover, no que tange à situação na América Central, o que o Ministro das Relações Exteriores, em sua alocução de abertura, preconizou como base para o encaminhamento dos problemas da região, nos seguintes termos: "uma solução duradoura para o conflito somente pode ser encontrada pelo respeito aos princípios da não-intervenção e da auto-determinação dos povos, num clima de diálogo e de mútuo entendimento".

Malvinas

Na área em litígio houve, em 1986, os seguintes fatos dignos de registro: a) ocorrência de incidentes envolvendo aviões militares britânicos e navios pesqueiros da Argentina, objeto de queixa formal formulada por Buenos Aires, no final de agosto na ONU e na OEA; b) concessão, pela Argentina, de direitos de pesca à União Soviética e anúncio de negociações com três outros países (Bulgária, Polônia e Coréia do Sul) com a mesma finalidade; c) decisão do Governo britânico, anunciada em 29 de outubro, de estabelecer em torno da ilhas Malvinas uma zona provisória de conservação de pesca de duzentas milhas, que se superpõe à zona econômica exclusiva sob jurisdição argentina.

A iniciativa de Londres introduziu um novo elemento de tensão entre os dois países. Na reunião tripartite de Punta del Este (Brasil, Argentina e Uruguai) e na Sessão Extraordinária do Conselho Permanente da OEA, ambas realizadas em novembro com vistas à apreciação da decisão britânica, o Brasil procurou exercer um papel moderador no encaminhamento da questão, de modo a favorecer a criação de um clima de confiança, indispensável à solução do contencioso.

Na 41ª Assembléia-Geral da ONU, o Ministro Abreu Sodré reafirmou a posição do Brasil em relação ao conflito anglo-argentino, que se baseia, resumidamente, nos seguintes elementos: a) apoio, desde, 1833, à reivindicação argentina da soberania sobre o arquipélago; b) necessidade de implementação integral da Resolução 502 (1982) do Conselho de Segurança da ONU; c) valorização do papel das Nações Unidas no equacionamento do conflito; d) importância da busca de uma solução pacífica e negociada do contencioso; e) preocupação com a crescente militarização da área em litígio, e f) insistência na manutenção do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação. Norteados por esses princípios, o Brasil voltou a copatrocinar o projeto argentino sobre a questão, que manteve o perfil equilibrado da Resolução 40/21, angariando expressivo apoio parlamentar nas Nações Unidas.

África Austral

A situação na África Austral permaneceu tensa ao longo de 1986, dada a intensificação do clima de repressão na África do Sul e a continuação das ações militares desse país contra seus vizinhos. O Brasil orientou sua ação nos foros internacionais quanto a esse tema por sua tradicional posição de repúdio ao regime de discriminação racial do **apartheid**, à ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e à política de agressão da RAS com relação aos países fronteiriços.

O Brasil participou, em junho, da Conferência Mundial sobre Sanções contra a África do Sul racista, tendo o Presidente José Sarney dirigido mensagem à Conferência que posteriormente foi circulada como documento oficial da Assembléia-Geral das Nações Unidas, afirmando a urgente necessidade de se impor sanções mandatórias, abrangentes e eficazes contra o regime sul-africano. O Brasil também reafirmou seu apoio ao cumprimento incondicional das resoluções do Conselho de Segurança da ONU quanto à Namíbia por ocasião da Conferência Internacional para a Independência Imediata da Namíbia, realizada em julho em Viena, e da Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU sobre a Questão da Namíbia, realizada em setembro em Nova York. O Brasil emprestou igualmente seu apoio às resoluções da Assembléia-Geral da ONU sobre a problemática da África Austral, além de participar de diversos eventos promovidos por órgãos das Nações Unidas sobre as questões do **apartheid** e da Namíbia.

Por ocasião dos ataques sul-africanos a Botsuana, Zâmbia e Zimbabue, em maio, e a Angola, em agostos, foram divulgadas Notas à Imprensa condenando as agressões do regime de Pretória, tendo

também o Ministro das Relações Exteriores encaminhado mensagens a seus colegas africanos expressando a solidariedade do Governo brasileiro.

Desarmamento

A atuação do Brasil nos foros multilaterais de desarmamento, em 1986, refletiu a prioridade que tem sido conferida pelo Governo brasileiro ao tema, reiterada pelo Presidente José Sarney na reunião ministerial de 20 de fevereiro. A exemplo dos anos anteriores, pautou-se o Brasil na defesa dos seguintes princípios: a) valorização do papel central das Nações Unidas e seus foros específicos de desarmamento, como a Comissão de Desarmamento, a I Comissão da Assembléia-Geral e a Conferência do Desarmamento; b) prioridade máxima a medidas concretas de desarmamento nuclear; c) responsabilidade especial das potências militarmente nucleares no processo de desarmamento; d) prevalecimento dos interesses da maioria das nações sobre os interesses unilaterais dos blocos militares; e) inadmissibilidade de restrições à livre exploração de tecnologia para fins pacíficos; e f) necessidade de estrita observância de compromissos internacionais formalmente assumidos, especialmente os contraídos pelas potências militarmente nucleares em relação à segurança dos países militarmente não-nucleares.

Na Comissão do Desarmamento, o Brasil favoreceu a sistemática inaugurada pela Resolução 37/78 H e confirmada por resoluções sucessoras, que introduziu métodos de trabalho mais racionais nas atividades do órgão. O Brasil adotou os seguintes posicionamentos em relação aos temas mais relevantes: a) no caso da Corrida Armamentista Naval, realçamos a sua dimensão nuclear (proliferação geográfica) e a necessidade de uma verificação universal e não-discriminatória dos compromissos assumidos no sentido de coibí-la; b) no caso da Revisão do Papel da ONU, temos ativamente impedido a promoção de teses que, na verdade, propugnam o esvaziamento da função política e negociadora dos órgãos de desarmamento da ONU.

Na Conferência do Desarmamento, logrou-se na Sessão de 1986, a despeito da quase estagnação no tratamento dos temas nucleares, um nítido avanço nas negociações relativas à elaboração de uma convenção sobre armas químicas. Pode-se ainda considerar como positiva a constituição de quatro Comitês Ad-hoc encarregadas da consideração: a) das Armas Químicas; b) da Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço Exterior; c) das Armas Radiológicas; e d) do Programa Abrangente de Desarmamento, além do estabelecimento de um esquema de reuniões informais para tratar do item sobre a Cessação da Corrida Armamentista Nuclear.

Em mensagem ao Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, Senhor Mikhail Gorbachev, em junho, como resposta à carta que lhe havia sido encaminhada a respeito das propostas soviéticas sobre o desarmamento e segurança internacional, o Presidente Sarney reafirmou o apoio brasileiro a iniciativas bilaterais que favoreçam o processo de desarmamento e o arrefecimento das tensões globais. Reiterou, no entanto, a necessidade de vincular essas iniciativas e as gestões bilaterais aos esforços multilaterais, de forma a preservar o direito de todos os países a uma participação equitativa nas decisões cruciais sobre o desarmamento.

Com relação aos foros independentes, prosseguiram em 1986 as gestões da Iniciativa dos Cinco Continentes, com a divulgação, por ocasião da reunião de cúpula de Ixtapa em agosto, da Declaração do México, que, além de renovar o apelo presente nas comunicações anteriores a favor da proscrição abrangente dos testes nucleares e da prevenção da corrida armamentista no espaço exterior, formula uma proposta pormenorizada sobre a verificação de uma possível suspensão dos testes nucleares. Em mensagem dirigida pelo Ministro Abreu Sodré ao Chanceler mexicano Bernardo Sepúlveda, o Brasil reafirmou a compatibilidade entre os propósitos do Grupo dos Seis e os vetores básicos de nossa política sobre desarmamento.

Nos trabalhos da I Comissão da Assembléia-Geral da ONU, o Brasil pautou sua atuação na promoção dos objetivos consagrados pelo Documento Final da I Sessão Especial da Assembléia-Geral dedicada ao Desarmamento, copatrocinando diversos projetos identificados com essa orientação, dentre eles um de iniciativa argentina sobre o tratamento multilateral da questão da Prevenção da Guerra Nuclear. Cabe lembrar, ainda, a participação do Brasil na II Conferência de Avaliação da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à base de Toxinas e sua Destruição, realizada em Genebra em setembro. Esse encontro revestiu-se de particular importância em vista da possibilidade de conclusão de um instrumento jurídico internacional sobre tema correlato, i.e., a Convenção sobre Armas Químicas, que afetará a implementação da Convenção sobre Armas Bacteriológicas.

Cabe finalmente mencionar, no sertor do desarmamento, o início do processo de apreciação congressual de proposta do Itamaraty de ratificação pelo Brasil do Tratado sobre Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras de Destruição em Massa nos Fundos Marinhos e Leitos Oceânicos e nos seus Subsolos. Busca-se com essa iniciativa, conferir maior consistência à posição brasileira diante dos ins-

trumentos internacionais que estabelecem zonas militarmente desnuclearizadas, sobretudo em relação àqueles afins à iniciativa de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

Entorpecentes

Observou-se, em 1986, a dinamização das atividades referentes ao combate ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes, tanto no âmbito interno do país quanto em seus desdobramentos internos. Nesse campo, cabe mencionar os seguintes eventos significativos: a) a celebração, em abril, no Rio de Janeiro, da Conferência Especializada Interamericana sobre o Tráfico de Drogas, da qual emanou Programa de Ação que deverá contribuir para a elaboração de futuros textos de acordos internacionais sobre a matéria; b) a assinatura pelo Brasil e pelos Estados Unidos, em setembro, de um Acordo bilateral sobre entorpecentes, cujo escopo se ampliou em relação aos anteriores, passando a abarcar também as questões da prevenção e redução da demanda, além da repressão ao tráfico ilícito; c) a realização em Brasília, em dezembro, da VIII Conferência dos Estados-Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, presidida, como também o fora a Conferência Especializada Interamericana, pelo Brasil.

Direitos Humanos

Como manifestação, no plano internacional, de um compromisso efetivo com a defesa dos direitos humanos, o Governo brasileiro vem, nos últimos dois anos, adotando as medidas cabíveis para que o Brasil se torne Parte dos principais instrumentos jurídicos internacionais no campo dos direitos humanos. Em 1985, o Presidente da República encaminhou à aprovação do Congresso Nacional, para posterior adesão do Brasil, os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, elaborados sob a égide da ONU, e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Em 1986, também foram encaminhadas à aprovação do Congresso Nacional as Convenções contra a Tortura das Nações Unidas e da OEA, a primeira assinada pelo Presidente da República no ano anterior. No final de 1986, tomou-se a decisão, no âmbito do Itamaraty, de propor ao Presidente da República que o Brasil venha a aderir à Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Punição do Crime do Apartheid e assinar a Convenção Internacional contra o **apartheid** nos Esportes.

O Brasil participou ativamente do 42º período de sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU, bem como dos trabalhos da III Comissão da 41ª Assembléia-Geral dessa organização, onde, culminando esforços iniciados no âmbito da CDH há alguns anos, foi aprovado por maioria expressiva o texto da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, finalmente reconhecido como parte integrante dos direitos humanos. O Brasil sempre procurou contribuir para o êxito de tal iniciativa, sendo copatrocinador da Declaração aprovada.

Sistema Interamericano

O prestígio que o Brasil vem atribuindo à OEA, traduzido por uma expressiva participação brasileira em todas as decisões da Organização, decorre do fato de reconhecermos a validade e a importância daquele foro, como órgão político do Sistema Interamericano, bem como dos mecanismos que oferece na cooperação técnica e tecnológica, no domínio jurídico e como foro econômico-comercial. Assim, em 1986, o Brasil participou ativamente de todos os eventos realizados no âmbito da OEA, cabendo assinalar os seguintes, pela sua importância: a) Conferência Especializada Interamericana sobre Tráfico de Drogas, realizada no Rio de Janeiro sob presidência do Brasil, da qual emanou o "Programa Interamericano de Ação contra o Consumo, Produção e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas", baseado em projeto brasileiro, e que inspirou a criação da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD); b) XIII Assembléia-Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), celebrado no Rio de Janeiro e em Brasília em abril, que elegeu um brasileiro para seu Presidente para o período 1986-1990; c) Conferência Interamericana de Estatística, realizada no Rio de Janeiro em setembro; d) Lançamento do "Quinqüênio de Alfabetização das Américas", em Brasília em novembro, com a participação do Presidente da República e do Secretário-Geral da OEA; e) participação na XVII Reunião do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, em Washington em setembro; f) na XXI Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Washington em setembro-outubro e g) na XVI Assembléia-Geral da OEA e Reunião Extraordinária do Conselho Permanente da Organização, na Guatemala em novembro, que tratou da situação criada pela Declaração britânica sobre zonas de pesca no Atlântico Sul-ocidental.

Mar

Em 1986 o Brasil continuou a participar das negociações conduzidas no âmbito da Comissão Preparatória da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional do Direito do Mar, sediada em Kingston e em Nova York sucessivamente. Nessa última reunião, a delegação brasileira logrou obter a dilatação do prazo para que os países em desenvolvimento pudessem valer-se das vantagens da condição de investidor pioneiro, até a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, no que respeita à concessão para a mineração nos fundos marinhos internacionais. Ainda no plano multilateral, o Brasil participou de sessões do Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, em março, e do Comitê de Trabalho para a Investigação Global da Poluição do Meio Marinho, sob a égide da mesma Comissão, em setembro. Além disso, a atuação do Brasil na reunião anual da Comissão Internacional da Baleia foi feita em consonância com as primeiras medidas tomadas para a execução do Decreto presidencial de 1985 que proíbe a captura de baleias no Brasil.

Foram adotadas, em 1986, as primeiras medidas para a delimitação da plataforma continental brasileira, a serem coordenadas pelo Itamaraty no quadro da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em função da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

No âmbito latino-americano, os progressos verificados nas relações do Brasil com os países vizinhos consubstanciaram-se no apoio brasileiro à iniciativa uruguaia de entendimentos, no quadro da Declaração do Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, no sentido de estabelecer mecanismo de colaboração entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Antártida

A política brasileira para o continente antártico teve seu marco significativo, em 1986, na visita realizada em março à estação brasileira "Comandante Ferraz", na Antártida, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Marinha e da Ciência e Tecnologia. No quadro da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), presidido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e reativada no conjunto de suas atividades em 1986, deu-se continuidade aos estudos para a formulação da Política Nacional para Assuntos Antárticos, visando colocá-la em consonância com a realidade nacional e o crescente papel desempenhado pelo Brasil no sistema antártico.

O Itamaraty participou ativamente de reuniões do Comitê Nacional de Pesquisas Antârticas (NCPA) e coordenou as relações mantidas entre esse órgão e o Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (SCAR), o qual, juntamente com a Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR) e outros foros internacionais, integra o chamado Sistema do Tratado da Antártida. No âmbito da CCAMLR, o Brasil participou das reuniões sobre Recursos Minerais havidas em Hobart, na Austrália, em abril, e em Tóquio em outubro-novembro, com a finalidade de estabelecer um regime de aproveitamento e exploração dos recursos minerais antárticos. Assinale-se que, como reflexo da importância que atribuimos à Antártida, o Brasil participa formalmente de todos os organismos que compõem o chamado sistema antártico.

Espaço

No âmbito multilateral, o aspecto mais marcante da atuação externa do Brasil em 1986 foi a participação nas reuniões ordinárias do Comitê para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), em favor da aprovação dos princípios sobre sensoreamento remoto, cuja negociação se estendeu por mais de uma década. O alcance e a importância notória desses princípios para a regulamentação das atividades espaciais, em escala planetária, fizeram com que as resoluções do COPUOS, fossem adotadas pela 41ª Assembléia-Geral das Nações Unidas. O interesse em aprofundar as posições brasileiras nos temas de espaço exterior motivou a presença do Brasil na I Reunião Latino-americana sobre Cooperação Espacial, em junho na Colômbia. Posteriormente, em agosto, o Brasil sediou o IV Seminário Latino-americano de Sensoreamento Remoto, realizado com a finalidade de se ampliarem os quadros de cooperação regional referente a atividades espaciais.

No âmbito bilateral, o Itamaraty coordenou entendimentos para projetos de pesquisa espacial com os Estados Unidos e a França, entre outros países. Merece destaque a assinatura de Memorando de Entendimento entre a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) e a NASA para a realização de pesquisa conjunta na Amazonia.

Temas Especiais

Em 1986, como nos anos anteriores, o Brasil continuou a participar em alto nível das mais diversas reuniões de organismos internacionais especializados, dentre as quais cabe destacar: a) 19ª Confe-

rência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe; b) Programa conjunto (FAO/OMS) do Codex Alimentarius; c) 39ª Assembléia Mundial da Saúde; d) 25ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, durante a qual a Presidenta da Cruz Vermelha Brasileira foi eleita para a Comissão Permanente da Cruz Vermelha Internacional; e) 12ª Conferência dos Estados da América Membros da OIT e 72ª Conferência Mundial do Trabalho; f) 3ª Consulta Ministerial sobre Estratégias e Políticas Alimentares na América Latina e no Caribe.

ASSUNTOS CULTURAIS

Em 1986 foi realizado o lançamento do grande projeto cultural instituido entre o Brasil e a França no ano anterior, feito na França através das "Jornadas de Música Popular Brasileira" e no Brasil por excursão da "Comédie Française".

No âmbito multilateral, é digno de nota a inclusão, decidida em sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, do Parque Nacional de Iguaçu na Lista do Patrimônio Natural Mundial. Ainda na mesma sessão, o Brasil tomou a iniciativa de inscrever Brasília na lista indicativa dos bens e sitios culturais suscetíveis de serem incluidos na Lista do Patrimônio Mundial. Também no contexto da UNESCO, cabe registrar a vinda ao Brasil do escritor haitiano René Depestre, Chefe da Divisão de Difusão de Literatura daquela organização, com o objetivo de iniciar os entendimentos para a realização em Brasília, possivelmente em 1988, de um grande Congresso Internacional de Literatura.

Em colaboração com o Conselho Nacional do Direito Autoral do Ministério da Cultura, o Ministério das Relações Exteriores promoveu ainda, no Palácio Itamaraty em setembro, seminário internacional sobre o direito autoral, que contou com o patrocínio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Dentre as numerosas mostras e exposições patrocinadas pelo Itamaraty no exterior, deve ser ressaltada a exposição "Futebol-Arte do Brasil", inaugurada na Cidade do México por ocasião da Copa Mundial de Futebol e transformada ulteriormente em exibição itinerante pela América Latina. Cabe ainda registrar a participação brasileira na Bienal de Veneza e exposição sobre a arte plumária do Brasil no Museu Etnográfico de Genebra.

No campo da musica erudita, o Itamaraty deu apoio às comemorações, no Brasil e no exterior, ligadas ao Sesquicentenário de Carlos Gomes, celebrado em 1986, e iniciou os preparativos das atividades vinculadas ao Ano Villa-Lobos, a ser comemorado em 1987.

À difusão cultural do Brasil no exterior se manifestou ainda através de uma variedade de formas, dentre as quais se poderia citar a continuidade do programa de coedições de autores brasileiros em diversos países da América Latina, o lançamento continuado, em espanhol, da "Brasil Cultura", editada em Buenos Aires e dedicada à literatura brasileira, a realização de nove semanas do cinema brasileiro em capitais latino-americanas, bem como mostras da filmografia nacional em Luanda, Tóquio, Maputo, Cabo Verde e Washington. Intensificou-se também, de forma acentuada, o programa de divulgação de séries brasileiras de televisão pelo sistema de vídeo, bem como foi coroado de exito, com a distribuição a 32 postos no exterior, o programa radiofônico "The Brazilian Hour-La Hora Brasileña" produzido pelo Consulado em Los Angeles.

A par do prosseguimento do trabalho dos Centros de Estudos Brasileiros, foi iniciado um processo de modernização e aparelhamento desses centros de cultura brasileira no exterior. Com a criação do CEB de Manágua, o 19º do sistema, encontra-se em fase de estudos a criação de centros em Guiné-Bissau, Lagos, Maputo e Luanda, num programa de expansão gradativa da rede.

Em colaboração com o MinC e MEC, o Itamaraty deu início à formulação de uma Política de Promoção Cultural, que se pretende parte integrante da política externa brasileira. Esses Ministérios participam igualmente do empenho do Ministério das Relações Exteriores em reestruturar o funcionamento dos CEBs no exterior, encontrando-se em exame texto de Ajuste Tripartite a ser assinado pelo MRE, MEC e MinC sobre a matéria.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

PROMOÇÃO COMERCIAL

O Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE) objetivou em 1986 apoiar as iniciativas governamentais e privadas orientadas para a venda de produtos e serviços brasileiros, de forma a contribuir para que fossem alcançadas as metas do setor.

Contando com 136 Setores de Promoção Comercial em mais de 90 países, o Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty é hoje um dos mais modernos e produtivos em sua área de atuação, que compreende quatro Subprogramas de atividades: Subprograma de Operações Comerciais, Subprograma de Informação Comercial, Subprograma de Mostras e Turismo e Subprograma de Organização e Modernização.

Na área de recursos humanos, o Itamaraty deu seqüência ao processo de treinamento e reciclagem do pessoal encarregado da Promoção Comercial no Exterior, limitando-se, em virtude das restrições orçamentárias, aos estágios de aperfeiçoamento realizados por vários Auxiliares Técnicos, de diferentes Postos, no DPR, ao longo de 1986.

Organizaram-se ainda vários Seminários que contaram com a presença do empresariado exportador e importador e de instituições e profissionais brasileiros e estrangeiros ligados ao comércio exterior. Entre esses eventos vale mencionar, sobretudo, o III Seminário Internacional sobre o Gado Zebu, realizado em Uberaba, em maio; o Seminário Internacional sobre Ingredientes de Alimentos para Animais e o Seminário Internacional sobre o Mercado Mundial para Óleos Essenciais, em São Paulo, em junho e novembro, respectivamente, ambos com apoio do "International Trade Center" – ITC, de Genebra; e o Seminário sobre aspectos Jurídico-Legais das Negociações de "Countertrade", realizado em Brasília, em dezembro, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Cabe destacar, também, durante o ano de 1986, o processo de renegociação do Acordo entre o Governo Brasileiro e a Secretaria-Geral da OEA para a manutenção do Centro Interamericano de Comercialização – CICOM, com sede no Rio de Janeiro. O novo Acordo passará a vigorar a partir de 1º de março de 1987.

No âmbito do Subprograma de Informação Comercial, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento das atividades de coleta, processamento e divulgação de oportunidades comerciais, onde o Sistema de Processamento Eletrônico de Dados tem importante papel. O SPED conta com terminais tele-impressores instalados em 50 SECOMS e em 28 agências do Banco do Brasil no exterior, sendo alimentado por quatro bancos de dados, um em Brasília e três em Nova Iorque. Em 1986 foram divulgados 58.053 peças de informação.

Em 1986, o Programa de Operações de Promoção Comercial de Longo Envolvimento (POLEN) consolidou-se como instrumento capaz de buscar novos mercados para bens de capital e serviços, mediante a doação de estudos de pré-viabilidade a governos de países do Terceiro Mundo. Projeto de responsabilidade conjunta do Itamaraty e da FINEP, em 1986 foram apresentadas 31 propostas de POLEN, sendo 9 aprovadas e 10 recusadas; as demais encontram-se em tramitação.

Deve-se ainda assinalar os Seminários de Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento, realizados na China e Indonésia, com o apoio da FINEP e da ABIDB para divulgar a experiência e a capacidade do Brasil na execução de grandes projetos, promovendo assim a exportação de bens e serviços; a preparação dos Programas de Captação de Investimentos Estrangeiros e de Promoção de Produtos não Tradicionais em Mercados Tradicionais, cuja execução deverá ocorrer em 1987.

No exercício de 1986 o MRE procurou ajustar a execução do seu programa anual segundo critério indicativo de prioridades, principalmente no que se refere à distribuição das mostras gerais a cargo da SERE e das setoriais a cargo dos postos-SECOM.

Na execução dos 54 eventos inicialmente programados para 1986, a premissa preponderante foi o incremento da produtividade, ou a maximização da limitada dotação orçamentária disponível. Na prática, esta estratégia foi consubstanciada por ênfase nos critérios de seleção dos eventos principalmente na fase de arregimentação dos expositores. Mediante a prévia manifestação de interesse por parte do empresariado, foi definido um universo de expositores o mais significa-

tivo possível para cada um dos eventos selecionados. No setor de turismo, o Itamaraty, desenvolveu ao longo do ano, em coordenação com a EMBRATUR, amplas pesquisas visando à formulação e à execução da política nacional para a área. O turismo propiciou, ainda, a publicação de número especial da revista "Brasil-Comércio e Indústria", a "Brasil Turismo" e a criação do "Stand Brasil" nos pavilhões brasileiros em feiras internacionais, com a exposição de livros de qualidade editados no Brasil, oferecidos a importadores estrangeiros e a autoridades governamentais.

No âmbito do Subgrupo de Operações Comerciais, o maior esforço concentrou-se na área de exportações de serviços, onde o setor público desempenha papel indispensável nas correspondentes operações comerciais. Isso porque, sem o apoio oficial, junto aos governos dos países em desenvolvimento, mercado natural de tais exportações, as empresas brasileiras interessadas, já enfrentando toda a sorte de dificuldades inerentes às negociações com o Terceiro Mundo, não teriam tido possibilidades de êxito.

Dentro deste contexto, o MRE esteve representado no Comitê de Exportações de Serviços, órgão colegiado e destinado a conceder financiamento às exportações de serviços; organizou a participação comercial brasileira em comissões mistas dedicou-se à elaboração e ao acompanhamento de visitas e missões comerciais estrangeiras ao Brasil e de viagens de missões comerciais brasileiras ao exterior; buscou novas formas de dinamização das correntes de comércio internacional (contracomércio e "Joint-ventures"); e procurou maior aproximação comercial com alguns parceiros, através de acordos já existentes.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSUNTOS
ECONÔMICOS

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM A AMÉRICA LATINA

O objetivo de dar tratamento unificado ao conjunto das relações econômicas do Brasil com os países latino-americanos, quer no plano bilateral quer no multilateral (ALADI, SELA, CEPAL), determinou a criação da Divisão Econômica Latino-Americana, que assumiu as funções da antiga Divisão da Associação Latino-Americana de Integração. As atividades desta unidade foram substancialmente ampliadas tendo em conta, sobretudo, a intensificação das relações do Brasil com os países latino-americanos, uma das metas prioritárias do atual Governo em termos de política externa.

Consubstanciou-se por meio da **Ata para Integração Brasileiro-Argentina** e seus Protocolos anexos, assinados durante a visita do Presidente Sarney a Buenos Aires, em julho, o Progrma de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina que tem por objetivos reforçar a paz, a democracia, a segurança e o desenvolvimento do Brasil e da Argentina, assegurando melhores níveis de renda para brasileiros e argentinos. Sua implementação tem por princípios o realismo, o gradualismo, a flexibilidade, o equilíbrio, e a não-especialização produtiva ou comercial, e a ampla participação do empresariado dos dois países.

As áreas prioritárias do Programa de Integração são: bens de capital, comércio, empresas binacionais, investimentos, energia, serviços, tecnologia de ponta, assuntos nucleares, transportes, comunicações e siderurgia.

A coordenação da implementação do Programa cabe à Comissão de Execução composta pelos Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Indústria e Comércio e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O rítmo de execução do Programa tem sido assegurado pela supervisão permanente dos Presidentes Sarney e Alfonsín, que se reuniram em Buenos Aires, em julho, e em Brasília, em dezembro, estando marcado novo encontro na Argentina, para julho de 1987.

No caso do Uruguai, e também de acordo com a prioridade da política externa brasileira para a América do Sul, destaca-se a **Ata de Cooperação Econômica Brasil-Uruguai** (Brasília, agosto), em que os Presidentes Sarney e Sanguinetti estabeleceram mecanismos para permitir às exportações uruguaias acesso amplo e garantido ao mercado brasileiro; estimular a ampliação e diversificação do intercâmbio bilateral – inclusive de produtos não-tradicionais, como o setor automotriz e serviços; contribuir para a reativação econômica do Uruguai, inclusive através de investimentos conjuntos. Os objetivos de expandir e diversificar o intercâmbio bilateral têm como instrumentos os novos mecanismos de expansão do número de produtos negociados e de ampliação das preferências tarifárias concedidas reciprocamente, que constam do Protocolo de Expansão Comercial (PEC) e do Acordo de Alcance Parcial nº 35.

Nos casos do **Paraguai, México, Colômbia** e **Venezuela**, estabeleceram-se os parâmetros e os campos de atuação para permitir a expansão, diversificação e aprofundamento das relações bilaterais, especialmente no que diz respeito à ampliação e diversificação do comércio, à complementação econômica, investimentos conjuntos e desenvolvimento tecnológico. Esses objetivos deverão utilizar como instrumentos, sempre que possível, e em especial nas áreas comercial e de pagamentos, os mecanismos existentes no âmbito da ALADI, os quais estão em processo de negociação ou de renegociação. Com o Chile foi negociado o novo Acordo de Alcance Parcial nº 3, relativo ao intercâmbio comercial.

No contexto da Associação Latino Americana de Informação (ALADI), lançou-se a Rodada Regional de Negociações, com o objetivo de intensificar as relações comerciais entre os países membros para retomar os níveis históricos de intercâmbio regional, prejudicado pelas conseqüências restritivas das políticas nacionais de ajustamento à crise econômica internacional, a partir de 1982. A Rodada negociará medidas sobre expansão do comércio, complementação econômica, cooperação financeira e monetária, e apoio especial à Bolívia, Equador e Paraguai.

Dentre os primeiros resultados da Rodada, adotados em Acapulco, destacam-se a ampliação da Preferência Tarifária Regional; o Programa Regional de Substituição de Importações; a possibilidade de celebrar acordos entre os países-membros para estimular o intercâmbio de serviços; bases para regimes de origem e de salvaguardas. Esses primeiros resultados serão submetidos à aprovação do órgão político máximo da Associação – O Conselho de Ministros das Relações Exteriores – em sua reunião de março de 1987, em Montevidéu.

A Reunião de Acapulco revitalizou o processo negociado para redução das barreiras não-tarifárias ao comércio intra-regional e o Brasil declarou sua disposição de eliminar totalmente essas barreiras, em bases negociadas. Além do que, recomendou a adoção de mecanismos especialmente preferenciais às importações provenientes da Bolívia, do Equador e do Paraguai, sendo que o Brasil já formalizou na ALADI as medidas que negociou com esses países para ampliação do número de produtos beneficiados com isenções tarifárias.

No âmbito do Sistema Econômico Latino-Americano – SELA, além das diversas reuniões setoriais, realizou-se a XII Reunião do Conselho Latino-Americanas (Lima, outubro), oportunidade em que os Ministros das Relações Exteriores dos países-membros analisaram os principais temas econômicos de interesse para a América-Latina, tais como a situação econômica internacional e a dívida externa, e adotaram o III Programa Bienal de Cooperação Regional.

O Governo brasileiro recebeu a visita oficial, em maio, do Secretário-Permanente do SELA, Embaixador Sebastián Allegret.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

Na área nuclear, o Programa de Integração com a Argentina gerou diversos desdobramentos, que foram objeto de Protocolos entre os dois países. Cabe ressaltar o Protocolo 17, relativo ao programa operacional de cooperação, bem como o Protocolo 11, relativo à área de segurança núclear e proteção radiológica. Paralelamente, tiveram início entendimentos entre empresas dos dois países, entendimentos que objetivam criar condições para participação recíproca nos programas nucleares.

As atividades da Agência Internacional de Energia Atômica foram marcadas pelo impacto do acidente nuclear de Chernobyl, que provocou a implantação dos programas de segurança nuclear da Agência. Além das reuniões ordinárias da AIEA, realizaram-se eventos em decorrência do mencionado acidente, havendo o Brasil presidido Grupo de Trabalho para a elaboração do texto da Convenção de Notificação Imediata de Acidentes Nucleares e participado ativamente das negociações em torno da Convenção de Assistência Recíproca em Caso de Acidente Nuclear.

Em relação a minerais, persistiram as dificuldades relacionadas com a baixa cotação dos produtos no mercado internacional. Com referência ao estanho, realizou-se por iniciativa brasileira, em setembro

passado, reunião de Países Produtores de Estanho (ATPC), em que se discutiu a possibilidade de reduzir a oferta internacional do produto, com vistas a eliminar o excesso de estoques.

Em relação ao petróleo, 1986 foi caracterizado pelas baixas cotações internacionais e pela tentativa de retomada de controle do mercado pela OPEP. O aumento do consumo brasileiro levou a que importássemos metade do petróleo consumido, muito embora os gastos com tais importações tenham sido inferiores aos de 1985.

No que diz respeito ao gás natural, prosseguem as negociações com a Bolívia, a Argentina e a Argélia. Da Bolívia poderá importar-se gás para suprir o Estado de Mato Grosso do Sul, projeto que, como mencionado, continuará objeto de negociações. No que diz respeito à Argélia, foi criado Grupo de Trabalho para examinar a importação do produto, aguardando as negociações a definição de problemas técnicos. Em relação à Argentina, o escopo dos entendimentos foi ampliado, havendo sido criados três Grupos de Trabalho, que consideram as possibilidades de intercâmbio nas áreas de exploração, produção e serviços na indústria do petróleo. O primeiro Grupo apresentou bons resultados, dentre os quais a assinatura de Convênios Petrobrás-Braspetro-YPF-Gás del Estado e a participação em terceiros países. O segundo, sobre intercâmbio comercial de derivados de petróleo, petroquímicos e fertilizantes, fez um levantamento de estimativas e está estudando a possibilidade de construir uma fábrica de fertilizantes na Argentina, em projeto conjunto. O terceiro grupo, sobre o fornecimento de gás, estudou a viabilidade técnico-econômica para a construção de um gasoduto San-Jerónimo-Porto Alegre, ante a impossibilidade de fornecimento à região Sudeste, dadas as recentes descobertas de gás.

PRODUTOS DE BASE

A atividade diplomática brasileira, no tocante a produtos de base, pautou-se pela defesa de preços remunerativos e estáveis, pelo aumento do consumo e importação e pela liberalização dos mercados dos países desenvolvidos.

Com estes propósitos, foi assinado, em setembro, o Acordo Internacional de Cacau de 1986, que introduz, pela primeira vez em acordos de produtos de base, uma baixa de preços expressa em direitos especiais de saque acompanhada de esquema de retenção, elementos que contribuíram em muito para a renovação do acordo.

Já em relação ao café, a baixa dos preços do produto, decorrente da suspensão dos mecanismos de Controle do Acordo Internacional do Café, levou os países membros a atribuírem prioridade e urgência à questão, que se espera ver solucionada no primeiro semestre deste ano. No plano bilateral registrou-se significativo declínio do volume exportado pelo Brasil, que se reduziu a 9.6 milhões de sacos.

Em relação ao açúcar, o Brasil participou ativamente dos trabalhos da Organização Internacional do Açúcar, que se reuniu para dar continuidade à implementação do Acordo Internacional do Açúcar de 1984. O Brasil participou, igualmente, das reuniões informais de alto nível dos Quatro Grandes Exportadores de Açúcar – Austrália, Brasil, Cuba e CEE-ABCE, que examinaram a possibilidade de celebrar um novo Acordo Internacional do Açúcar com cláusulas econômicas.

No tocante a carnes, o Brasil, que vinha há anos pleiteando participação no mercado comunitário de cortes de alta qualidade – **Hilton Beef** – finalmente obteve sua participação.

Em relação ao trigo, foi assinado pelo Brasil em agosto, a "Convenção sobre Comércio de Trigo 1986". Este novo Acordo visa a acompanhar o mercado tritícola internacional e a promover trocas de idéias a respeito das práticas comerciais do cereal. Foi assinado com a Argentina, no âmbito do Programa de Integração, protocolo que contempla a aquisição crescente do produto, de 1.375 mil toneladas em 1987 a 1.700 mil em 1991.

POLÍTICA COMERCIAL

Política Comercial Multilateral

A política comercial brasileira foi, como nos anos anteriores da década de 80, grandemente influenciada pela desfavorável conjuntura econômica e financeira internacional. Apesar de um certo declínio nas taxas de juros nominais e da redução dos índices inflacionários nos países desenvolvidos, permaneceram inalteradas as tendências prejudiciais aos países em desenvolvimento, tais como a queda sistemática dos preços das matérias-primas, a deterioração dos termos do intercâmbio, o recrudescimento do protecionismo, a manutenção de elevadas taxas de juros reais e a retração dos fluxos financeiros para os países devedores.

As dificuldades encontradas para seguir saldando nossos compromissos com o serviço da dívida levaram o Brasil a empreender esforços adicionais no sentido de garantir o acesso aos mercados para as exportações brasileiras. Tais esforços encontraram maior resistência, na medida em que aos demais problemas na área de comércio, veio se somar o déficit sem precedentes na balança comercial norte-americana, causado, em sua maior parte, pelos desequilíbrios em favor do Japão e da Alemanha Ocidental. A perspectiva de que, no ano de 1986, o saldo negativo do comércio exterior dos EUA atingiria cerca de US$ 170 bilhões, intensificou as pressões protecionistas do Congresso norte-americano e levou o Executivo daquele país a concentrar esforços na realização de uma nova rodada de negociações comerciais, com ênfase na liberalização das chamadas "novas áreas" (serviços, investimentos, propriedade intelectual), onde os países industrializados se revelam, hoje, mais competitivos.

Reunião de Cúpula dos Sete Grandes

Nesse contexto, realizou-se em Tóquio, em maio de 1986, reunião anual dos Chefes de Estado das sete nações mais industrializadas do Ocidente (EUA, Japão, RFA, França, Reino Unido, Itália e Canadá). No encontro, prevaleceram as teses norte-americanas tanto na área financeira (coordenação para maior estabilidade das taxas de câmbio, mas sem intervenção para deter a queda do dólar, indefinição quanto à realização de uma conferência monetária e financeira e enfoque tradicional para o problema da dívida externa), quanto na área comercial (insistência na realização da rodada com ênfase nos novos temas).

A Nova Rodada do GATT

Com o fim de elaborar projeto de decisão sobre o lançamento de uma nova rodada do GATT de negociações comerciais multilaterais, o Comitê Preparatório, criado pela 42ª Sessão das partes contratantes, em novembro de 1985, reuniu-se durante todo o primeiro semestre de 1986, procurando contornar duas divergências principais na redação do projeto: a inclusão ou não dos novos temas e a abrangência das negociações na área agrícola. Decisão sobre o lançamento da rodada seria tomada em reunião ministerial das partes contratantes, em setembro, em Punta del Este, Uruguai.

A atuação do Brasil, coordenada por dois Grupos Interministeriais criados pelo Presidente da República, em março de 1986, orientou-se no sentido de buscar o atendimento dos interesses brasileiros na nova

rodada (combate ao protecionismo, acesso a mercados e tratamento mais favorável para os países em desenvolvimento) e de impedir que a inclusão dos novos temas viesse a favorecer uma nova divisão internacional do trabalho, por meio de abertura de nossos mercados de serviços e alta tecnologia, em troca de concessões para produtos tradicionais.

A estratégia baseou-se na busca de uma maior coordenação com os demais países em desenvolvimento, tanto no chamado Grupo dos Dez (Argentina, Índia, Egito, Nicarágua, Cuba, Iugoslávia, Tanzânia, Nigéria e Peru e Brasil), quanto a nível latino-americano. Nesse sentido, realizaram-se, em Brasília e Montevidéu, em maio de 1986, reuniões de consulta, no âmbito do SELA, sobre as negociações comerciais e os novos temas, com vistas a formular posições comuns para os países da região.

A nível interno, foram realizadas, durante o ano de 1986, sob coordenação e iniciativa do Itamaraty, alguns seminários sobre serviços, dos quais participou também o setor privado, de forma a subsidiar a posição brasileira sobre a matéria.

Dadas as dificuldades de conciliação das posições divergentes dos principais interlocutores no Comitê Preparatório, tanto na área de novos temas como em agricultura, não foi possível remeter um texto de consenso a Punta del Este para aprovação dos Ministros.

A Reunião Ministerial de Punta del Este

A Reunião de Punta del Este realizou-se no período de 15 a 19 de setembro. Ao final de intensas negociações, recorreu-se a uma solução institucional que permitiu a separação jurídica entre as negociações sobre bens e sobre serviços, ficando essas últimas fora da jurisdição do GATT. Com isso, o Brasil conseguiu assegurar que os mandatos estabelecidos para a nova rodada não fosse além da atual competência do Acordo Geral, além de evitar que houvesse troca de concessões em mercadorias para outras em serviços.

A nova rodada prevê a adoção de compromissos de "status quo" e desmantelamento de medidas protecionistas inconsistentes com o Acordo Geral, o reforço das disciplinas do GATT e uma maior liberalização da área agrícola, além da discussão dos temas tradicionais do GATT.

Consultas Brasil-EUA sobre Informática

O interesse norte-americano nas chamadas novas áreas refletiu-se também na esfera bilateral, onde prosseguiram as consultas com o Brasil sobre a política brasileira de informática. Nos encontros realizados em Caracas, em fevereiro de 1986, em Paris, em julho e agosto último, e no Rio em setembro daquele ano, foram discutidos apenas aspectos gerais da política de informática, e o lado norte-americano não apresentou qualquer caso específico de operações de empresas do seu país prejudicadas pela lei brasileira. Entre os dois encontros de Paris, os EUA apresentaram extenso "non-paper" com uma listagem de problemas genéricos, para os quais foram apresentados os esclarecimentos cabíveis.

Em outubro de 1986, o Executivo norte-americano anunciou a decisão adotada pelo Presidente Reagan sob a Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. Ao considerarem a política brasileira de informática "an unreasonable trade action", os EUA anunciaram a futura notificação ao GATT da intenção daquele país de suspender concessões tarifárias de interesse brasileiro, para compensar perdas norte-americanas. A suspensão seria decidida até o final do ano de 1986, após possíveis novas consultas com o Brasil.

A comunicação dos EUA foi feita ao GATT, em novembro de 1986, e, em resposta, o Brasil fez circular no GATT documento rejeitando as alegações norte-americanas sobre seus direitos de recorrer a ações unilaterais, baseadas em legislação doméstica, sem a devida consideração às regras do Acordo Geral. Anunciou, ainda, nossa intenção de promover consultas nos termos dos mecanismos de solução de controvérsias do GATT.

As duas delegações voltaram a se reunir em dezembro de 1986, em Bruxelas, ocasião em que foram passadas em revista os progressos obtidos.

Finalmente, em 30 de dezembro, a Casa Branca anunciou a decisão do Presidente Reagan de adiar, até 1º de julho de 1987, a determinação relativa a eventuais medidas a serem adotadas contra o Brasil.

Propriedade Intelectual

No âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), prosseguiram os trabalhos de revisão da Convenção de Paris, sem que se tenha podido avançar na matéria.

Paralelamente, nota-se que se amplia cada vez mais o escopo das matérias para as quais os países desenvolvidos pretendem fazer valer seus preceitos de proteção de propriedade industrial e intelectual, eliminando o grau de "incerteza" nas legislações nacionais, em especial dos países em desenvolvimento. Capitaneados pelos EUA, os países desenvolvidos procuram, por meio da harmonização de legislações nacionais de propriedade industrial, chegar a um tratado onde se reconheçam questões não estabelecidas pela Convenção de Paris.

A OMPI dedicou-se, ainda, ao estudo de regras aplicáveis às novas tecnologias (circuitos integrados, biotecnologia, etc.), e à contrafação.

Dada a importância que os EUA atribuem à regulamentação internacional de propriedade intelectual, o tema vem sendo proposto para discussão em outros foros internacionais (como o GATT) e em negociações bilaterais.

Diálogo Norte-Sul

As propostas de diálogo Norte-Sul enfrentaram mais um ano de relativa estagnação. No âmbito da UNCTAD, os países desenvolvidos, mais uma vez, deixaram clara sua disposição de limitar as discussões sobre comércio ao foro do GATT e as questões financeiras ao FMI, impedindo qualquer avanço de substância nos projetos da UNCTAD.

As reuniões realizadas nesse foro centraram-se na preparação da VII UNCTAD, e as maiores divergências relacionaram-se com a escolha da sede e o estabelecimento da agenda. Os EUA rejeitaram o oferecimento de Cuba como sede e a escolha terminou sobre Genebra, sede neutra. Quanto à agenda, que incluirá problemas de desenvolvimento, finanças, comércio, produtos de base e programas de ação para os países de menor desenvolvimento, sua adoção se fez com a declaração contrária dos EUA.

Também na UNIDO, os resultados tiveram caráter sobretudo operacional. As reuniões destinaram-se a encontrar soluções para os problemas orçamentários e demais questões relacionadas com sua transformação em agência especializada. A relutância dos países desenvolvidos em atribuir à UNIDO os recursos necessários à sua operação como uma agência capaz de prestar efetiva contribuição no processo de industrialização dos países em desenvolvimento e as tentativas de introduzir mecanismos para o envolvimento do setor privado, procurando minimizar a participação dos Governos, são tendências indicativas

das dificuldades que os países em desenvolvimento deverão enfrentar em seu relacionamento com os países desenvolvidos na orientação a ser dada à nova organização.

As dificuldades do diálogo Norte-Sul foram ainda verificadas na XLI Assembléia-Geral das Nações Unidas. Os trabalhos da II Comissão comprovaram a resistência dos países desenvolvidos em aceitar as propostas do Terceiro Mundo de cooperação e coordenação para solucionar os problemas comerciais, monetários e financeiros internacionais. Como aspectos positivos, pode-se mencionar a adoção de resoluções relativas à dívida externa, problemas alimentares e agrícolas, conferência internacional sobre moeda e finanças e mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento industrial.

Cooperação Sul-Sul

Com objetivo de buscar uma maior diversificação dos mecanismos de cooperação regional e multilateral, o Brasil intensificou seus contatos no âmbito Sul-Sul.

O principal passo nesse sentido foi a realização, em Brasília, em maio de 1986, da Reunião Ministerial do Sistema Global de Preferência Comerciais entre Países em Desenvolvimento – SGPC. Na ocasião, foi lançada a 1ª Rodada de Negociações do Sistema, a qual prevê a troca de concessões nas áreas tarifárias e não-tarifárias e a realização de acordos setoriais.

Foram aprovados os textos do Acordo sobre o SGPC e do documento sobre técnicas e modalidades de negociação para a 1ª Rodada. Quarenta e sete países assinaram a Ata Final, a qual contém a Declaração de Brasília, que lança a 1ª Rodada, com final previsto para setembro de 1987.

Ficou estabelecido que os países interessados em participar da 1ª Rodada deveriam notificar o Comitê Negociador até 1º de outubro de 1986 e apresentar listas de pedidos até 31 de dezembro.

Até o momento, cinqüenta e sete países notificaram interesse em participar da rodada e o prazo para apresentação de listas de pedidos foi prorrogado até 1º de março de 1987.

Ainda no contexto da cooperação Sul-Sul, realizou-se no Cairo, em agosto, a 5ª Reunião de Alto Nível do Comitê Intergovernamental de Cooperação e Seguimento (IFCC) da Cooperação Econômica entre

Países em Desenvolvimento (CEPD), com o objetivo de avaliar a implementação do Programa de Ação de Caracas e determinar a linha de ação futura.

O 5º IFCC aprovou novas diretrizes para o Programa de Ação, visando a dar mais dinamismo e objetividade às atividades da CEPD, nos campos de cooperação em comércio, finanças, tecnologia, treinamento e cooperação técnica.

No âmbito da cooperação regional, além das citadas reuniões de coordenação do SELA, a CEPAL realizou seu 22º Período de Sessões, em abril de 1986, na cidade do México. Foram discutidos dentre outros, temas relativos à atualidade econômica latino-americana, tais como: dívida, finanças, perspectivas econômicas da região, cooperação entre os países da região.

A tônica das discussões na fase ministerial recai sobre a situação da economia mundial e o quadro desfavorável aos países em desenvolvimento, em especial os países da América Latina endividados. Foram aprovadas algumas resoluções relativas à maior cooperação nas áreas sob exame, embora tenha sido necessário submeter quase todos os projetos de resolução a votação, em face da postura intransigente dos países desenvolvidos membros extraregionais da CEPAL.

Foi ainda convocada, por iniciativa do Presidente mexicano Miguel de la Madrid, uma reunião extraordinária da CEPAL para o final do ano de 1986, a fim de analisar assuntos econômico-financeiros afetos à região e a atuação da CEPAL no tratamento desses temas. A reunião extraordinária realizar-se-á apenas em 1987, por razões operacionais.

Em dezembro de 1986, realizou-se em Buenos Aires, reunião do Grupo de Expertos Governamentais de Alto Nível CEGAN, com o objetivo de preparar os documentos e documentos e resoluções a serem discutidos na reunião de janeiro na CEPAL. Foi aprovado texto de resolução sobre as propostas da região para a solução dos problemas da economia internacional, o qual deverá ser submetido aos Ministros durante a reunião da CEPAL.

POLÍTICA COMERCIAL BILATERAL

Os esquemas preferênciais, instituídos originalmente com o propósito de favorecer as exportações dos países em desenvolvimento e contribuir para o incremento do comércio mundial, continuam a sofrer

restrições na cobertura dos produtos beneficiários de tratamento preferencial, tanto por meio de simples exclusão quanto pelo estabelecimento de contingenciamentos, aplicados a ítens de significativo valor comercial. Com efeito, como resultado do processo de revisão global do sistema geral de preferências norte-americano, iniciado em 1985 e concluído em 1986, 28 produtos da lista brasileira de concessões perderam o benefício da isenção tarifária, tendo o comércio total desses ítens ascendido, em 1985, a US$ 420 milhões. Cabe ressaltar que a crescente utilização de mecanismos restritivos – que variam desde a aplicação de critérios mais rígidos de competitividade, como no sistema norte-americano, à redução pela metade da quota atribuída a produtos considerados competitivos, a exemplo do verificado com o esquema comunitário – tem contribuído para a falta de estabilidade e o conseqüente surgimento de elevado estado de incerteza, responsável pela inibição das decisões de investimento e pelo não aproveitamento do tratamento preferencial, malgrado os decorrentes esforços de divulgação realizados pelos órgãos governamentais.

A atuação brasileira, seja por meio de gestões diplomáticas bilaterais, seja no Comitê de Preferências da UNCTAD, caracterizou-se, no curso de 1986, por contestar a violação do princípio de não-reciprocidade, estabelecido pela Resolução 21 (II) daquele organismo. De fato, os Estados Unidos, ao vincularem a manutenção das concessões preferenciais ao acesso de seus próprios produtos aos mercados dos países beneficiários, estão introduzindo significativa distorção nos princípios que norteiam a criação dos esquemas preferenciais.

As Relações Brasil-CEE no curso de 1986

Além do desenrolar de processos de investigação comercial contra produtos brasileiros, o caráter restritivo do mercado comunitário se fez refletir no processo de adesão de Portugal e Espanha. Assim, o Brasil teve que negociar a extensão dos acordos que restringem as exportações brasileiras de produtos têxteis e siderúrgicos para incluir os dois novos membros. A ampliação comunitária deverá igualmente afetar as exportações brasileiras de produtos agrícolas, tais como açúcar, carne, café e cacau, visto que doravante, estarão sujeitas a sobretaxas variáveis ou à preferência que os países-membros da CEE outorgam às nações integrantes da Convenção de Lomé.

Nesse quadro de ampliação das barreiras protecionistas, a atuação brasileira tem-se notabilizado por suscitar tais temas tanto bilateralmente, no âmbito das Comissões Mistas, quanto em foros multilaterais, notadamente o GATT, organismo no qual foi instituído Grupo de

Trabalho com o intuito de avaliar o impacto da ampliação comunitária. Do mesmo modo, por reiteradas vezes, foram salientados os aspectos negativos da política agrícola comum, cuja contribuição à deterioração das cotações dos produtos de base começa a ser reconhecida pela própria Comissão, que reconhece a necessidade de se proceder à reforma dos mecanismos de sustentação da política agrícola, cuja carga de subsidiação não só é responsável pela permanente elevação dos estoques comunitários, mas sobretudo pela baixa taxa de investimento nos setores de tecnologia de ponta.

No contexto da cooperação Brasil-CEE, registrou-se a viagem do Senhor Claude Cheysson, Comissário das Comunidades Européias para assuntos relativos às relações Norte/Sul. No ensejo dessa visita, abordou-se a possibilidade de se iniciar programa de cooperação no campo das telecomunicações, bem como retomar os entendimentos, iniciados por ocasião da última Comissão Mista, acerca da cooperação com pequenas e médias empresas. Na ocasião dessa visita, ficou acertada a realização de uma reunião de técnicos de alto nível, possivelmente em Bruxelas, para o exame mais aprofundado das alternativas de cooperação no setor de telecomunicações. Ademais, cada lado comprometeu-se a contratar um técnico para o detalhamento do programa de cooperação na área de pequenas e médias empresas, devendo os resultados serem apresentados no curso do presente ano. A visita do Senhor Cheysson ao Brasil deve ser examinada dentro de um contexto de maior aproximação do Brasil e da CEE. Na realidade, o próprio Conselho das Comunidades Européias aprovara proposta da Comissão no sentido de estreitar os laços de cooperação com a América Latina, despontando o Brasil como parceiro privilegiado.

Questões Tratadas em Foros Multilaterais

Siderurgia – No âmbito do SELA, em maio de 1986, foi criado o Comitê de Ação para a Cooperação e Coordenação Latino-Americana no Setor Siderúrgico (CASIDER), com vistas a propiciar, a nível governamental, iniciativas conjuntas e harmonização de posições regionais nesta área, sempre em estreita colaboração com o Instituto Latino-Americano de Ferro e Aço, que vem desenvolvendo iniciativas semelhantes a nível empresarial.

Vale ainda mencionar a realização, em Viena, em junho de 1986, da IV Consulta Mundial sobre Siderurgia, ocasião em que os países latino-americanos lograram apresentar uma posição regional coordenada.

Têxteis – Em julho de 1987, o Comitê de Têxteis do GATT, adotou, por consenso, o Protocolo que prorroga por mais cinco anos o Acordo Multifibras, instrumento-quadro que regula o comércio internacional de produtos têxteis e de vestuário. Ante a conclusão desse instrumento foi possível determinar a extensão dos acordos de restrições de exportações brasileiras de produtos têxteis e de vestuário, subscritos com a CEE e com o Canadá.

Contenciosos Comerciais Brasil-EUA

Aeronaves de pequeno porte – Em razão de insistentes postulações do Governo norte-americano e da "General Aviation Manufactures Association", o Governo brasileiro, ainda no início de 1986, decidiu reduzir em 60% a tarifa aplicável às importações de aeronaves de pequeno porte, oriundas daquele país, bem como liberalizar seu respectivo processo de licenciamento. Esta decisão teve o objetivo de evitar medidas restritivas contra exportações de aviões brasileiros para o mercado norte-americano.

Suco de Laranja – Pela segunda vez, o Governo norte-americano adotou medidas de defesa comercial contra exportações brasileiras de suco de laranja. Desta feita, o Departamento de Comércio determinou, em caráter preliminar, a aplicação de sobretaxa em torno de 8,54% que afetará uma das empresas brasileiras responsáveis por 40% das exportações do produto.

Etanol – Os vultuosos subsídios concedidos no mercado norte-americano ao etanol e a sobretaxa imposta às importações do produto praticamente eliminaram as exportações brasileiras para aquele país. De outra parte, a Comissão de Comércio Internacional norte-americana decidiu arquivar os processos de dumping e subsídios contra o produto brasileiro, considerando-os improcedentes. Nesse contexto, o Governo brasileiro solicitou consulta bilateral com os EUA no GATT.

Química Fina e Produtos Farmacêuticos – A pedido do Governo norte-americano realizou-se no Itamaraty, em novembro de 1986, consulta bilateral sobre produtos farmacêuticos e química fina que cobriu os seguintes temas:

a) a rentabilidade do setor de produtos farmarcêuticos no Brasil;
b) a falta de proteção patentária;
c) registro de novos produtos;
d) controle de investimentos.

Uma outra reunião foi marcada para fevereiro deste ano.

POLÍTICA FINANCEIRA

A questão do endividamento externo e suas graves repercussões sobre as economias do Brasil e dos demais países em desenvolvimento continuou a merecer atenção prioritária. As teses brasileiras quanto à urgência de uma solução concertada para o problema da dívida e à necessidade de um esforço de cooperação para corrigir as distorções no sistema monetário internacional foram reiteradas perante os principais organismos financeiros multilaterais de que o Brasil faz parte (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento). Foram, ademais, enfatizadas e claramente explicitadas nos pronunciamentos do Presidente da República em sua visita aos EUA, além de repetidas com insistência tanto nos demais foros multilaterais como nas reuniões bilaterais de alto nível mantidas ao longo do ano. O Plano de Estabilização Econômica, de 28 de fevereiro de 1986, veio reforçar a posição brasileira quanto a tratamento individualizado a ser dispensado ao país pelo FMI. Esse reconhecimento abriu caminho para a decisão dos Governos credores, anunciada na reunião do Clube de Paris em dezembro, de aceitar a renegociação parcial da dívida oficial brasileira sem a formalização de acordo prévio com aquele organismo. Ainda com relação à dívida, cabe assinalar a participação do Brasil na reunião do Comitê de Seguimento do Consenso de Cartagena, em Punta del Este, em 28 de fevereiro.

No âmbito bilateral, assinalam-se os acordos de reestruturação de crédito, assinados no quadro de "agreed minutes" negociados no Clube de Paris, com a República Dominicana, Zâmbia e Congo. O Brasil participou, ainda, de atas acordadas no Clube de Paris sobre as dívidas da Mauritânia, República da Guiné, Bolívia, Nigéria, Senegal. Foi também reescalonada a dívida bilateral do Uruguai.

Ainda no âmbito das relações financeiras bilaterais, foram assinados acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda com a Hungria e a Tchecoslováquia, tendo-se dado prosseguimento às negociações com vistas a convenções do Gênero com a Índia e os Países Baixos.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

No que diz respeito aos transportes aéreos, vale ressaltar a conclusão de acordos com o Canadá e Costa do Marfim e o reinício das conversações com os Estados Unidos da América para firmar-se novo Acordo aéreo entre os dois países. Em relação ao transporte marítimo, a prorrogação, até 1989, do Acordo Marítimo de Igual Acesso com os

Estados Unidos logrou equacionar uma das mais delicadas e sensíveis questões do relacionamento bilateral. No tocante ao transporte fluvial, realizou-se Seminário, em Iquitos, Peru, sob a égide do Tratado de Cooperação Amazônica. O Brasil participou ativamente das atividades da Organização Marítima Internacional em 1986, havendo o Conselho daquela Organização efetuado duas sessões no ano passado, que contaram com a participação brasileira.

As atividades do setor de transporte terrestre se concentraram nos trabalhos da Reunião de Ministros de Transportes e Obras Públicas do Cone Sul e em reuniões bilaterais realizadas com a Argentina, Uruguai e Paraguai. Vale ressaltar que, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Raul Alfonsín, foi firmado Protocolo sobre Transporte Terrestre, com a finalidade de intensificar e agilizar as relações setoriais. Na área de Comunicações o Governo brasileiro esteve presente em todas as atividades desenvolvidas pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), pela União Postal Universal (UPU), e pela Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT). Importa assinalar o lançamento, em 18 de março de 1986, do "BRASILSAT II", segundo satélite brasileiro de comunicação e que veio a completar o Sistema Brasileiro de Comunicações por Satélite.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA

Em 1986, o Sistema Interministerial de Cooperação Técnica, composto pela SUBIN/SEPLAN e pela DCOPT/MRE, procedeu à reformulação da posição brasileira frente à cooperação técnica internacional. Esta formulação teve por objetivo compor o processo de planejamento dos setores da cooperação técnica recebida (CTR) e da cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento (CTPD) às novas realidades brasileiras.

No primeiro caso, fez-se uma seleção de projetos em áreas prioritárias tendo por base o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, o Plano de Metas e o Orçamento Plurianual de Investimentos. De outra parte, quanto à cooperação técnica oferecida pelo Governo brasileiro, foram conjugados os horizontes político e econômico para a seleção de áreas e países beneficiários, de forma a maximizar os recursos disponíveis, ao invés de atender-se a demandas pulverizadas; nesse contexto, foi assinado com o PNUD Memorandum de Entendimento, pelo qual o Governo brasileiro alocou recursos da ordem de um milhão de dólares para implementar programas de cooperação técnica com países da África e da América Latina.

Algumas modificações foram introduzidas no sistema de cooperação em formação e treinamento de recursos humanos, com o intuito de torná-lo mais eficiente. No que se refere ao Programa de Estudantes Convênio (graduação), cabe ressaltar a assinatura do novo Protocolo DCT/CAPES, instrumento que atualiza as normas que até então regiam o PEC. Iniciou-se, de outra parte, a elaboração do "Manual do Estudante Convênio" que visa a fornecer aos estudantes estrangeiros selecionados para estudar no Brasil informações úteis sobre a chegada ao país, a matrícula na Universidade, etc.

Também o Programa de bolsas do Itamaraty, durante 1986, sofreu alterações com vistas a proporcionar um melhor acompanhamento

e controle da situação acadêmica dos bolsistas, bem como propiciar-lhes uma bolsa mais condizente com suas necessidades, além de algumas facilidades para instalação, compra de livros e transporte.

Ainda em 1986, o Itamaraty divulgou e co-patrocinou cursos de especialização abertos a estrangeiros.

Em estreita colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia e demais Ministérios e instituições vinculadas às atividades científicas e tecnológicas, o Itamaraty procurou dinamizar a cooperação internacional nessas áreas. No âmbito da cooperação bilateral, especial relevância tomaram as reuniões das Comissões Mistas ou grupos de trabalho de Cooperação Científica e Tecnológica, realizadas com a União Soviética, com a República Popular da China e com a República Federal da Alemanha; ocasiões em que foram identificadas novas áreas de cooperação entre o Brasil e os citados países, bem como se procedeu a uma avaliação dos projetos já realizados ou em curso.

Por ocasião da visita do Presidente da República a Washington, os dois Chefes de Estado decidiram pela implementação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-EUA, celebrado em 1984, a partir da criação de um Painel Bilateral de Alto Nível, composto de cientistas e autoridades governamentais incumbidos de apresentar propostas e sugestões de projetos para cooperação bilateral em ciência e tecnologia, com maior ênfase em algumas áreas prioritárias.

Na área de **cooperação multilateral**, o Itamaraty participou de reuniões internacionais no âmbito das Nações Unidas (VIII Sessão do Conselho Intergovernamental de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento); do Conselho de Cooperação Amazônica; do SELA (criação da Comissão Latino-Americana de Ciência e Tecnologia – COLCYT – e do Comitê de Ação para Cooperação e Concertação Latino-Americana em Informática e Eletrônica – CACIEL); da UNESCO (primeira reunião do programa Intergovernamental de Informática – e reunião do Programa Geral de Informação).

Informática – O Itamaraty tem participado de reuniões do Conselho Nacional de Informática e Automação e integrado Comissões Especiais criadas pela Secretaria Especial de Informática para identificar e avaliar as questões relevantes relacionadas com os temas do fluxo de Dados Transfronteiras, Serviços Técnicos de Informática e integração de Sistemas de Tratamento Digital da Informação. Esteve ainda o Itamaraty representado na Comissão Especial nº 23 da SEI

com vistas a empreender estudos voltados à identificação e análise de formas de cooperação internacional para o esforço de capacitação do país no setor da informática.

No plano externo, vale ressaltar a estruturação do Programa Argentino/Brasileiro de Pesquisa e Estudos Avançados em Informática, com base no Memorando de Entendimento assinado entre a SEI e a Secretaria de Informática e Desenvolvimento argentina. A implementação do referido programa levou à criação da Primeira Escola-Brasileiro-Argentina de Informática em Campinas, e da Primeira Reunião do Grupo Binacional de Pesquisa Avançada. Prevê-se com aquele país vizinho a realização de pesquisas conjuntas e articuladas em áreas específicas (engenharia de software, teoria de programação, arquitetura e inteligência artificial) no âmbito do Projeto ETITOS (Estação de Trabalho Heurística Orientada para Engenharia de Software).

Com a República Federal da Alemanha foi igualmente acordado um programa de cooperação em informática (automação industrial, microeletrônica, matemática computacional, ciência da computação, tecnologia de sistemas de comunicações), durante a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-RFA.

Biotecnologia – No plano bilateral, merece destaque o processo de integração com a Argentina neste setor, com a efetiva criação do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (previsto no Protocolo nº 9 da Ata de Integração Bilateral).

Na área multilateral, cabe menção a adesão do Brasil ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia, que está sendo estruturado sob os auspícios da UNIDO. Também no âmbito do SELA participou o Itamaraty de reuniões para exame de projetos nas áreas de biotecnologia e germoplasma vegetal.

ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÕES

PESSOAL

O ano de 1986 caracterizou-se pela implementação do novo regime jurídico instituído para os funcionários do Serviço Exterior brasileiro pela Lei nº 7.501, de 27/06/86, e pelo Regulamento do Pessoal, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 01/10/86.

Aqueles Atos baixaram diretrizes que passaram a ser observadas pelo Departamento do Pessoal, referentes à movimentação de funcionários diplomáticos e não-diplomáticos (levando-se em conta o estabelecimento de prazos mínimos e máximos de permanência no exterior e em cada Posto), à tipificação de postos e ao rodízio obrigatório. Com efeito, a nova legislação visou buscar uma maior racionalização e adequação do serviço diplomático brasileiro, evitando, assim, a concentração excessiva, e muitas vezes até improdutiva, de funcionários em alguns Postos em detrimento de outros, onde se registra carência de pessoal, e a falta de rotatividade de pessoal nos Postos.

Ao longo de 1986, de forma gradativa, e sempre levando em consideração as marcantes restrições orçamentárias, foi implementado o plano de remoções de pessoal não-diplomático, cujo objetivo visava diminuir a distorção de lotação que foi criada em certos postos ao longo do tempo. Nesse sentido, é ilustrativo o fato de que foram realizadas, no ano de 1986, 95 remoções de servidores não-diplomáticos no sentido Exterior/SERE, e apenas 32 remoções SERE/Exterior.

O novo "Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata" (Decreto nº 93.326, de 01/10/86) acarretou, no final de 1986, a organização de dois "Quadros de Acesso", além da primeira etapa de promoções decorrentes da referida regulamentação (94 promoções em dezembro).

Cumpre igual registro que todo o planejamento, execução e controle das remoções dos funcionários do MRE, e a organização do Cadastro de Pessoal têm sido auxiliados pelo processo de informatização, em curso no Ministério das Relações Exteriores.

O ano de 1986 marcou também a extinção da Tabela Especial de Empregos do Ministério das Relações Exteriores, determinada pelo Decreto nº 2.280/85. Após processo de reclassificação, 200 servidores da extinta Tabela passaram a integrar a Tabela Permanente de funcionários do Itamaraty, e seus cargos equiparados, de acordo com critérios específicos, àqueles existentes no "Plano de Classificação de Cargos".

Igualmente relevante foi a transposição para nível superior da categoria funcional de Oficial de Chancelaria, que passou a compor, com a Carreira de Diplomata, o Serviço Exterior brasileiro. A transposição em apreço foi efetivada de acordo com as disposições constantes no Decreto nº 93.315/86.

Dando prosseguimento ao estabelecido no Decreto nº 91.315/85, realizou-se, durante os meses de novembro e dezembro passados, o II Curso de Treinamento para Serviço no Exterior, no qual foram aprovados 37 candidatos, o que perfaz um total de 99 servidores já habilitados no referido Curso.

Além das atividades regulares referentes a pagamento de pessoal, emissão de passagens aéreas e transportes de bagagem, prosseguiram-se negociações para a contratação dos serviços de empresa de auditoria especializada em controle de preços de transporte de bagagem, objetivando a adoção de um sistema que permita economia para os cofres públicos.

Procedeu-se, igualmente, à informatização das atividades do Serviço de Pagamentos no Exterior, do setor de Transporte de Bagagem e do Setor de Auxiliares Administrativos.

Finalmente, cumpriria registrar que o Serviço de Pagamentos no Brasil reajustou suas rotinas de trabalho para adaptá-las aos novos procedimentos de execução financeira do SIAFI.

ADMINISTRAÇÃO

As principais metas, no ano de 1986, foram a organização da estrutura interna e a modernização dos procedimentos do Departamento de Administração. Para tanto foram utilizados critérios de racionalização de rotinas e do agrupamento de núcleos de trabalho em torno das dotações financeiras existentes.

A formação, na prática, de duas grandes unidades, a Divisão de Serviços Gerais (DSG) e a Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos no Exterior (DAEX), foi idealizada com vistas às duas áreas geográficas de atuação da administração: Brasil e exterior. Tendo verbas, operações e regulamentos distintos, foi natural a distribuição dos recursos humanos e orçamentários das antigas Divisões do Departamento entre as recém-formadas DSG e DAEX.

Complementando a estrutura básica do DA, foi re-organizada a Seção de Arquitetura e Engenharia (SAE) e criada a Seção de Execução Orçamentária (SEO), subordinadas diretamente à Chefia do Departamento. A SAE passou a coordenar as obras de conservação e recuperação do Palácio e do Anexo I, além de executar projetos para o Anexo II e Postos no exterior. A SEO, por sua vez, centralizou o controle contábil das dotações de todos os ordenadores de despesas do Itamaraty, o que permitiu a geração regular de informações sobre o estado de todas as verbas.

A organização do DA teve como um de seus principais instrumentos o uso da informática. Dado o volume de tarefas, não seria viável, no espaço de tempo disponível, obter os resultados conseguidos sem o desenvolvimento de programas voltados para o gerenciamento da massa de informações recebidas e transmitidas, a alocação de recursos, o acompanhamento rotineiro de gastos e a projeção de situações. Dentre os vários projetos que se beneficiaram do processo de automatização em curso no DA estão a elaboração do "Guia de Administração dos Postos", uma consolidação de todas as normas aplicáveis à administração financeira no exterior, e a introdução do conceito de itens estanques nas dotações "Manutenção de Chancelaria" e "Manutenção de Residência", que objetiva otimizar os custos das atividades mais essenciais ao funcionamento das unidades no exterior.

Todas as iniciativas tomadas tiveram por finalidade um entendimento mais claro do quadro financeiro-administrativo no Brasil e no exterior, bem como uma melhor adequação dos recursos disponíveis às reais necessidades dos Postos e da Secretaria de Estado.

EXTERIOR

Dentro do plano de aquisição de imóveis no exterior efetuou-se a aquisição das Residências das Embaixadas em Harare e Abidjan e da Chancelaria do Vice-Consulado em Concepción (Paraguai).

Deu-se andamento às obras de construção da nova Chancelaria em Nova Delhi; das Embaixadas em Riade, Bissau e Lagos; da Residência em Cabo Verde; da Chancelaria em Georgetown e do Centro de Estudos Brasileiros em Bissau.

Vários próprios nacionais passaram por obras de reformas e adequação, a saber: Chancelarias das Embaixadas em Bissau, Buenos Aires, Copenhague, Lisboa, Madri, México, Nairobi, Oslo, Ottawa, Paramaribo, Paris e Roma; Residências em Bruxelas, Bucareste, Argel, Nova Delhi, Buenos Aires, Caracas, Dacar, La Paz, Lima, Montevidéu, Panamá, Paramaribo, São Salvador, Tegucigalpa, Washington e Delegação Permanente junto à OEA; Consulado no Porto e Presidente Stroessner e Centro de Estudos Brasileiros em Assunção.

Foram instaladas as Embaixadas em Harare e em Havana e foram extintos os Consulados-Gerais em Antuérpia, Liverpool, Tóquio, Madrid e Dusseldorf; os Consulados em Trieste, Gênova e Havre e os Vice-Consulados em Vigo, Willemstad, Valparaíso e Valleta.

Deu-se, ainda, o prosseguimento do controle e registro dos bens móveis pertencentes à União, através da verificação das "Variações Patrimoniais" e "Inventário Histórico de 1985", encaminhados pelos diversos Postos no exterior.

Brasil

A entrada em funcionamento da Divisão de Serviços Gerais, em 1986, decorreu da fusão entre a Divisão de Material (DM) e a Divisão de Atividades Auxiliares (DAU), aliada à incorporação das atividades da Divisão do Patrimônio (DPA) relacionadas com o Brasil.

A nova Divisão exigiu a reformulação geral do setor, com vistas a uma maior eficiência no atendimento das necessidades da Secretaria de Estado, em termos de material e serviços em geral, e dos Postos no exterior, com relação a material padronizado.

Por outro lado, foram desenvolvidos controles interligando os setores de Compras e Licitações, de Notas Orçamentárias e Financeiras e Almoxarifado, objetivando-se uma maior racionalização das rotinas básicas da Divisão.

Dentre as principais inovações, pode-se destacar:

a) Controle de fluxos de papéis: possibilita identificar a situação de qualquer solicitação formal encaminhada à Divisão;

b) Controle de empenhos: possibilita acompanhar qualquer compra de material ou contratação de serviços, desde a emissão da nota orçamentária (empenho) até a chegada do material solicitado ao Almoxarifado e, em seguida, ao setor solicitante, ou até a conclusão do serviço contratado;

c) Criação de uma Seção de Contratos: vem possibilitando a padronização progressiva dos contratos firmados com a SERE, bem como o melhor controle dos contratos em vigor, tendo em vista o planejamento de custos contratuais (e de renovações) durante o mesmo exercício e no seguinte; e

d) Informatização das rotinas básicas: projeto em fase de implementação, que simplificará em muito as rotinas administrativas, propiciando-lhes maior produtividade e confiabilidade.

Essas inovações dotaram a Divisão de Serviços Gerais não só de melhores condições de eficiência junto à clientela interna da SERE, como também de maior credibilidade junto aos fornecedores em geral.

COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

Em 1986 o principal aspecto na área de comunicacões foi a consolidação da carta-telegrama como alternativa agil e de baixo custo para o telegrama tradicional. Contra 1.523 CT's em 85, foram recebidas 9.997 CT's em 86.

No decorrer de 1986 processaram-se cerca de 369.000 mensagens assim distribuidas:

– telegramas oficiais expedidos:	78.105
– telegramas oficiais recebidos:	88.122
– telegramas particulares expedidos:	10.059
– telegramas particulares recebidos:	22.487
– circulares-telegráficas expedidas:	52.000
– cartas-telegrama recebidas:	9.997
– telegramas diversos expedidos:	20.002
– telegramas diversos recebidos:	20.000
– retransmissões de/para adidos:	34.200
– boletins noticiosos expedidos:	33.900

Verifica-se, assim, que houve um aumento de aproximadamente 4% com relação ao volume de mensagens processado em 85, que foi de cerca de 355.000 mensagens.

Durante 86, iniciaram-se estudos as redes de dados nas comunicações oficiais do Itamaraty o que, espera-se, ensejará razoável redução nos custos globais das comunicações.

O Setor de Distribuição e Circulação processou e fez circular 101.403 expedientes, recebidos através da Carteira de Entrada e da Seção de Malas e Correios Diplomáticos. Foram protocoladas e processados na Carteira de Entrada 25.526 expedientes, assim distribuídos: 15.780 notas verbais; 1.813 requerimentos; 3.600 ofícios; 850 cartas; 3.483 processos.

Foram trocados e datilografados 14.546 expedientes entre despachos, cartas, notas, ofícios e avisos. Foram ministrados cursos de treinamento para funcionários movimentados de outros órgãos ou funcionários que pleiteiam remoção.

A Carteira de Saída registrou, numerou e deu saída a 18.847 expedientes, assim discriminados: 2.700 despachos; 6.991 ofícios; 3.729 notas; 2.246 cartas; 2.623 notas circulares e 558 outros.

A Expedição propriamente dita processou e expediu 83.686 itens, assim distribuídos: 42.173 cartas, ofícios e pacotes entregues em mão; 37.505 itens (cartas, ofícios e pacotes) despachados pela ECT para outras cidades brasileiras; 3.978 encomendas internacionais; 30 remessas para o ERERIO via CAN. Foram distribuídas igualmente 4.116 sobrecartas ou pacotes contendo correspondência particular proveniente do exterior por mala diplomática para destinatários na Secretaria de Estado.

Foram expedidas cerca de 10.266 malas, equivalente a 98.073 kg, o que representou um decréscimo de 7,62% em relação ao peso registrado em 1985 (104.547 kg). O peso total das malas expedidas em 1986 foi o mais baixo nos últimos quatro anos. Controle seletivo da correspondência particular expedida permitiu fazer decrescer seu peso de 56.803 kg, em 1985, para 42.234 kg, em 1986, ou seja, decréscimo de 34%. O peso da correspondência oficial, por sua vez, passou de 47.744 kg para 55.839 kg, equivalente a um aumento de 16%, no mesmo período.

Arquivo

Em 1986, a Divisão de Arquivo prosseguiu na computerização gradativa da suas tarefas, para melhor servir à recuperação e ao exame de documentos pela casa.

A partir de janeiro de 1986 o sistema SET (séries telegráficas) foi implantado de forma sistemática, ao alcance de todos os setores do Ministério.

Verifica-se diariamente correspondência telegráfica, seus dados de identificação, classificação e texto para detectar trechos truncados ou incompletos e assinatura telegráfica.

Em 1986, foram conferidos 176.911 documentos entre telegramas transmitidos e recebidos, Cartas-Telegramas e Circulares-telegráficas, tendo sido assinalado um índice diário de erros de cerca de 20% do total dos documentos conferidos. Utilizou-se igualmente a Edição de Textos para, na conferência dos documentos, efetivar as correções necessárias, digitar na íntegra textos da correspondência telegráfica que não foram recebidos de forma **on line** ou através da leitura da fita-jornal e digitar correspondência postal como ofícios e maços básicos.

Também a partir de janeiro de 1986 entrou em vigor o novo sistema de classificação de documentos, que implica na análise do conteúdo dos mesmos e o emprego de codificação por Thesaurus computerizado.

Foram criados e mantidos outros dois programas: o primeiro, de espelho de dados básicos dos países; o segundo, de maços básicos dos países preparados pelos postos, este já com 20 maços no banco de dados. Começou ainda a implantação de um sistema de controle de ofícios, despachos e notas diplomáticas com dados de identificação e índice.

Utilizou-se experimentalmente leitora ótica em diversos testes para o uso de documentos como ofícios recebidos e expedidos, maço básico e notas diplomáticas.

Foram credenciados 223 funcionários diplomáticos e administrativos como usuários dos Sistemas e receberam o necessário treinamento para a recuperação dos documentos armazenados.

Procedeu-se também a uma reorganização da classe 007 (consular) que se encontra em fase final de implantação (reativação).

As classes decimais foram reagrupadas de forma a facilitar a consulta e melhorar o atendimento. Os maços pessoais foram igualmente alvo de remanejamento, pois a sala em que se encontravam não tinha espaço suficiente para os mesmos.

Os registros de consultas indicam o seguinte:

a) os maços de assunto apresentaram uma média de 04 (quatro) consultas diárias, que, em termos de maços, representam cerca de 20 maços;

b) os maços pessoais, alvo do maior número de consultas, apresentaram uma média diária de 25 consultas, o que representa 75 maços pessoais, pois cada funcionário diplomático tem cerca de 03 tomos.

Foram recebidos e processados em 1986, os seguintes documentos:

Desptels:	74.960
Telegramas:	77.201
Despachos:	3.680
Ofícios:	49.957
Memos:	13.109

O índice médio de consultas diárias ficou em 30 para maços e em 45 para telegramas.

A partir da data de sua criação, a Seção de Microfilmagem já produziu o total de 2.361 rolos de microfilmes, com a média diária de 03 rolos, perfazendo o total de 4.722.000 documentos microfilmados, com a média de 2.000 documentos por rolo. Somente em 1986 foram microfilmados aproximadamente 1.440.000 documentos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Setor de Publicações

Foram impressos e distribuídos os números 44, 45 e 46 da Resenha de Política Exterior, correspondentes respectivamente ao 1º, 2º e 3º trimestres de 1985, além de Resenha suplementar sobre o 40º aniversário da ONU. Foi retomada a elaboração e a publicação dos Relatórios do MRE, interrompidas desde 1979. O relatório de 1985 entrou em fase de impressão. Também foi impressa publicação especial sobre a visita do Presidente Sarney à Argentina. Foi, além do mais, iniciada a preparação dos números 47 e 48 da Resenha.

Gráfica

Foram executados, em 1986, 914 serviços gráficos (Circulares Postais, Notas Circulares, Boletins de Serviço, Textos de Serviço, Instruções de Serviço, Referências de Periódicos, InfoBIB), além da impressão do Boletim Diário e da Resenha Econômica.

Videoteca

Prosseguiu em 1986 o programa de atendimento aos postos no exterior, e o apoio às atividades didáticas do Instituto Rio-Branco, através da gravação de aulas e de simulações de conferências.

Biblioteca (Brasília)

Foi feito o inventário das obras existentes na Biblioteca, verificando-se que o acervo se compõe de 59.293 livros e 4.359 folhetos. Foram adquiridas 695 obras no Brasil e no exterior. Havia em 1986, 2.769 leitores inscritos, tendo sido inscritos 116 novos leitores no decorrer do ano. O total de empréstimos em 1986 foi de 5.459 e de consultas 8.402. A Biblioteca organizou exposições quinzenais dos livros recém incorporados ao acervo. Às duas publicações já feitas pela Biblioteca, "Referência de Periódicos" e "Aquisições", acrescentou-se novo boletim, o "InfoBib". Foi implantado o Sistema Emissor de Fichas, elaborado pelo Centro de Processamento de Dados, que agilizou o processamento das fichas dos livros catalogados.

Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca do Rio de Janeiro.

À Biblioteca do Rio de Janeiro foram incorporados 117 livros e 119 periódicos. Foram catalogadas 121 obras. O número de empréstimos foi de 305 e de consultas 2709. Em Convênio assinado com a Fundação Alexandre de Gusmão, a Biblioteca do Rio de Janeiro deu seqüência ao trabalho de elaboração do Índice do Relatório do Ministério das Relações Exteriores, tendo sido indexados os volumes correspondentes aos anos de 1856, 1857 e 1858. Foram encadernados 573 volumes e restaurados 12.

No Arquivo Histórico do Rio de Janeiro foram atendidos 76 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sendo consultados 991 volumes e maços. Receberam tratamento arquivístico em 1986 um total de 2545 volumes. Foram incorporados ao Arquivo os originais de dois documentos do Barão do Rio-Branco – Aviso de Leopoldo de Bulhões, M.E.N. Fazenda – 1905, e Carta a Luis Valle de Almeida – 1908 (doação de Paulo Eugênio Newlands) e os originais do livro "Um Diplomata Austríaco na Corte de São Cristóvão" (doação da família do Embaixador Roberto Mendes Gonçalves).

CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Em 1986, a informática no Itamaraty deu largos passos no sentido de dotar o Ministério, cada vez mais, de mecanismos automatizados.

Para consecução desses objetivos, foi decidida a criação do Centro de Processamento de Dados junto ao Departamento de Comunicações e Documentação, em substituição ao Departamento de Processamento de Dados. O Centro foi estabelecido com uma área de desenvolvimento de sistemas, uma área de produção, uma área de manutenção de sistemas, uma área de suporte técnico, uma área de manutenção de equipamentos e uma área de microinformática.

Em termos de sistemas para os ambientes PDP-11/70, consolidou-se o Sistema Série Telegráfica, que passou a manter dados referentes aos últimos 6 meses. Também implementou-se o cardápio de utilidades, com aplicações sobre datas de saída e o destino de malas diplomáticas, sobre dados básicos dos países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, sobre o cadastro básico dos funcionários do Itamaraty e sobre informações referentes aos Postos no Exterior. Registre-se ainda a aplicação que permite a leitura da sinopse dos principais jornais brasileiros.

Concomitantemente, com base no grande Cadastro Geral de Pessoal, foram implementados os módulos de consulta DAI/DAS, Plano de Remoções de Pessoal, além de ter sido refeito o módulo Lista de Antigüidade de Pessoal.

No âmbito do Departamento de Promoção Comercial, passou-se a dar suporte aos sistemas emissores de etiquetas das diversas revistas que são editadas dentro do programa de incremento das exportações brasileiras.

Deu-se também total cobertura às atividades automatizadas do Departamento de Administração, com o desenvolvimento do Sistema de Despesas no Exterior, do Sistema de Consulta de Cadastro de Postos, de lotação e de subalternos. Além disso, desenvolveu-se o Sistema de Controle de Telefones do MRE.

No que se refere à microinformática, o Itamaraty passou a operar um grande número de microcomputadores, implicando uma grande demanda no desenvolvimento de sistemas locais. Desenvolveu-se o Sistema de Controle de Chegadas e Partidas de Autoridades, o Sistema de Emissão de Fichas Bibliográficas, o Sistema de Votação Verticais e Horizontais de Diplomatas e o Sistema de Controle de Fitas Magnéticas.

Além disso, deu-se apoio na utilização dos software Filling Assistant, Redator e Lotus 1-2-3.

No que se refere à infraestrutura, o CPD negociou a aquisição de dois computadores VAX 8700, fabricados pela Digital Equipment Corporation. Estes dois computadores possuem porte avantajado, cada qual com capacidade de processar mais de 5 milhões de posições para armazenamento de caracteres.

ASSUNTOS JURÍDICOS

Durante o ano de 1986 a Consultoria Jurídica do MRE, integrante do Gabinete do Ministro de Estado, funcionou normalmente de acordo com a reestruturação que lhe foi dada em meados do ano anterior (cf. MRE, **Relatório – 1985**, pp. 133-134). Pelo procedimento vigente para consultas, as solicitações de Pareceres ao Consultor Jurídico passaram a requerer a aprovação do Ministro de Estado e a versar, em especial, sobre: a) interpretação e aplicação de atos internacionais bilaterais; b) divergências de ordem jurídica entre o Brasil e outros Estados; c) interpretação e aplicação de cartas constitutivas de organismos internacionais de que o Brasil é parte e de outros atos internacionais multilaterais; d) questões jurídicas relacionadas com mecanismos internacionais de solução pacífica de controvérsias; e) relação entre o ordenamento jurídico interno brasileiro e o ordenamento jurídico internacional; e outras matérias a critério do Ministro de Estado.

Até o final de 1986, o Consultor Jurídico do MRE, Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, emitiu Pareceres sobre os seguintes temas:

- "Os Limites da Jurisdição Obrigatória da Corte Internacional de Justiça e as Perspectivas da Solução Judicial de Controvérsias Internacionais (Com Atenção Especial ao Contencioso Nicarágua **versus** Estados Unidos, 1984-1985)";

- "Subsídios para a Elaboração de Instruções à Delegação do Brasil à Conferência de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 1986";

- "Consolidação das Posições do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (Viena, 1986)";

- "Conferência das Nações Unidas sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (1986)";

- "A Chamada 'Questão da Definição do Termo 'Brasil'' em Acordos para Eliminar a Dupla Tributação de Renda";

- "A Questão da Imunidade de Jurisdição do Agente Diplomático em Matéria Trabalhista";

- "Natureza e Alcance dos Chamados 'Convênios de Geminação' e Supervisão Necessária do Ministério das Relações Exteriores";

- "O **'Foreign States Immunities Act 1985'** da Austrália, as Tendências Recentes e a Questão da Reciprocidade no Domínio das Imunidades do Estado";

- "A Proteção dos Refugiados em seus Aspectos Jurídicos: A Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estatuto do Refugiado e a Questão do Levantamento pelo Brasil da Reserva Geográfica";

- "Subsídios para o Exame da Questão da Adesão do Brasil à 'Convenção sobre Comunicação de Antecedentes Criminais e de Informação sobre Condenações Judiciais por Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas' (de 1984)";

- "A Ata de Contadora Revisitada: Desenvolvimentos Recentes, os Quatro Protocolos Adicionais e a Posição do Brasil";

- "A Navegação Fluvial Internacional, com Especial Atenção à Questão do Transporte de Petróleo Equatoriano Importado";

- "A Necessidade de Harmonização entre a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e a Legislação Nacional sobre a Matéria";

- "A Questão do Exercício de Atividades Remuneradas por Cônjuges de Diplomatas, à Luz da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961";

- "A Constituição de Missões de Observação e Forças de Paz ou Emergência para Operação Internacional à Luz do Direito Internacional Público e do Direito Interno Brasileiro";

- "Primeiros Comentários sobre os Projetos de Acordo Elaborados pela Agência Internacional de Energia Atômica sobre Informação Imediata e Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear";

- "Postura do Brasil ante o Projeto de Convenção Interamericana para Facilitar a Assistência em Casos de Desastre";

- "Postura do Brasil ante o Projeto de Declaração sobre Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção da Criança e à Adoção (Nações Unidas, 1985-1986) – (Anexo: Adoção de Menores no Direito Internacional Privado e no Direito Interno Brasileiro Comentário)";

- "O Caso do Apresamento do Navio 'Lloyd México' no Estreito de Hormuz pela Marinha Iraniana em Julho de 1986";

- "Comentários Adicionais sobre os Projetos Revistos de Acordo Elaborados pela Agência Internacional de Energia Atômica sobre Informação Imediata e Assistência de Emergência em Caso de Acidente Nuclear";

- "Comentários Acerca do Anteprojeto de Agenda da IV Conferência Especializada Interamericana sobre Direito Internacional Privado (CIDIP-IV)";

- "Projeto de Acordo entre o Brasil e a Santa Sé sobre Prestação de Assistência Religiosa às Forças Armadas";

Até o final de 1986, o Consultor Jurídico emitiu, ademais, Informações sobre os seguintes temas:

- "Projeto de Lei sobre Comércio Exterior e Requisitos Constitucionais para Monopolização";

- "Assinatura pelo Brasil da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais";

- "A Participação do Poder Legislativo no Processo de Celebração de Acordos Internacionais";

- "Isenção dos Agentes Diplomáticos de Impostos e Taxas, e de Prestações Pessoais, à Luz da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961";

– "Princípios e Regras de Eqüidade Intergeneracional: Relatório de Grupo de Peritos-Consultores em Direito Internacional da Universidade das Nações Unidas (U.N.U.)";

– "Relatório sobre Seminário Internacional da Academia Internacional da Paz sobre Cooperação Regional para o Desenvolvimento e Solução Pacífica de Conflitos na América Latina (Lima, Peru, Outubro de 1986)";

– "Comentários sobre o Projeto de Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Artigos 4º, Extradição, e 5º, Assistência Mútua Judicial)";

INSTITUTO RIO BRANCO

As atividades do Instituto Rio-Branco consistem na seleção e preparação de funcionários diplomáticos, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomática (CPCD), bem como, desde 1979, manter atividades de aperfeiçoamento de diplomatas já em exercício, através do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), além de financiar o Programa de Incentivo a Estudos, destinado a funcionários do MRE em geral.

Seleção e Formação

O Exame Vestibular ao CPCD regeu-se, em 1986, pelas instruções e programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 564 e baixados em Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, ambos publicados no Diário Oficial de 02 de dezembro de 1985.

O número de candidatos ao Exame Vestibular de 1986 descresceu, em comparação com o total de inscritos em 1985, em 35%, ou seja de 893 para 661 candidatos.

Do total de 661 candidatos inscritos nos Centros Regionais do IRBr, nos Estados acima mencionados e no Distrito Federal, resultaram aprovados 15 candidatos.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – CPCD

Matricularam-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1986, um total de 64 alunos brasileiros e 18 estrangeiros, repartidos da seguinte forma:

a) 2º ano – 43 alunos brasileiros (33 homens e 10 mulheres) e 10 alunos estrangeiros (Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Guatemala, Quênia, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Suriname (2) e Zâmbia).

b) 1º ano – 21 alunos brasileiros (17 homens e 04 mulheres) e 08 estrangeiros (Bolívia, Haiti (2), Suriname (2) Costa Rica, Gabão, e Guiné Bissau).

No 1º ano do CPCD foram lecionadas as seguintes matérias: Economia, Introdução à Diplomacia, História das Idéias Políticas, Política Externa Brasileira Contemporânea, Direito Internacional Privado, Direito Internacional Público, Português-Expressão e Redação Profissional, Prática Diplomática, Prática Consular, Francês, Inglês, Espanhol e línguas optativas (Árabe e Russo).

Merecem nota algumas atividades especiais, tais como:

a) exercícios de simulação de negociações, em Inglês, com funcionários do Banco Central;

a) conferências sobre temas políticos, econômicos e históricos da América Latina, muitas vezes conjuntamente com o 2º ano.

As atividades do 2º ano tiveram início em janeiro, com estágio profissionalizante nos Departamentos da Casa. As matérias lecionadas no 2º ano foram as seguintes: Administração, Direito dos Tratados, Modernização Administrativa e Informática, Economia Brasileira, Desenvolvimento Econômico, Comércio Internacional, Relações Econômicas Internacionais, Relações Internacionais, História das Relações Diplomáticas do Brasil, Sociologia Política, Português-Correspondência Oficial e Métodos de Informação, Francês, Inglês, Espanhol e Linguas optativas (Árabe e Russo). Em fevereiro, realizou-se viagem de estudos às regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Foram proferidas as seguintes palestras destinadas à turma do 2º ano do CPCD:

"A Política do Brasil na Ásia", pelo Embaixador Sérgio Rouanet; "Relações do Brasil com os Países da América Latina", pelo Embaixador Gilberto Velloso; "Relações do Brasil com os Países da Europa Ocidental", pelo Embaixador Ronaldo Costa e "Significação Econômica dos Acordos celebrados com a Argentina e o Uruguai", pelo Embaixador Francisco Thompson Flores.

Após a conclusão do CPCD, entre novembro e dezembro, os alunos participaram de viagem de estudos às regiões Norte e Nordeste.

Em 1986, concluíram o CPCD 43 alunos brasileiros e os alunos estrangeiros acima mencionados, com exceção da aluna do Suriname. Os alunos brasileiros foram nomeados Terceiros Secretários em 16 de dezembro, devendo iniciar estágio de seis semanas em Departamento Geográfico, seguido de estágio de 45 dias em Missão Diplomática na América Latina, antes de iniciar seu trabalho regular na SERE, em março de 1987.

Aperfeiçoamento Profissional

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – CAD Instituído pelo Decreto nº 79.556, de 20.04.1977, como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação previsto no artigo 6 da Lei nº 5.645, de 10.12.1970, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) constitui, desde 15 de agosto de 1982, requisito essencial para a progressão funcional à classe de Primeiro Secretário.

Em 1986, no que diz respeito ao CAD, foram as seguintes as principais atividades do IRBr:

1) conclusão, em fevereiro, de XII CAD, no qual foram aprovados 6 Segundos Secretários.

2) lançamento, em janeiro, do XIV CAD, com exames finais previstos para fevereiro de 1987.

3) realização, em agosto do XIII CAD, com exames finais aplicados entre 12 e 14 de agosto de 1986, no qual foram aprovados 7 Segundos Secretários.

4) lançamento, em julho, do XV CAD, com exames finais previstos para agosto de 1987.

O quadro abaixo resume os principais dados numéricos relativos aos CADs realizados até 1986, responsável pelo aperfeiçoamento de 215 diplomatas que concluíram o Curso com aproveitamento.

Curso	Duração	Inscritos	Prestaram A Prova	Aprovados
I CAD	1977-78	23	13	11
II CAD	1978-79	20	07	07
III CAD	1979-80	22	13	12
IV CAD	1980-81	43	30	25
V CAD	1981-82	63	46	40
VI CAD	1982-82	57	49	41
VII CAD	1982-83	31	31	29
VIII CAD	1983-84	24	15	11
IX CAD	1983-84	14	07	06
X CAD	1984-85	12	09	08
XI CAD	1984-85	18	14	12
XII CAD	1985-86	13	07	06
XIII CAD	1985-86	13	10	07
TOTAL....		**353**	**251**	**215**

Curso de Altos Estudos – CAE

À semelhança do CAD, o CAE foi igualmente instituído em 1977, pelo já referido Decreto nº 79.556, como parte do sistema de treinamento e qualificação previsto pelo artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10.12.1970. Desde 15 de agosto de 1982, o CAE constitui requisito essencial para a progressão funcional à classe de Ministro de Segunda Classe. No CAE, os Conselheiros inscritos defendem, oralmente, perante Banca Examinadora especialmente designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, trabalhos escritos apresentados sobre assuntos de relevância para a diplomacia brasileira.

Em 1986, o IRBr desenvolveu as seguintes atividades, no que diz respeito ao CAE:

1) XII CAE, encerrado em junho, com 5 Conselheiros aprovados;

2) XIII CAE, encerrado em novembro, com 5 Conselheiros aprovados;

3) XIV CAE, lançado por Edital em janeiro, com 8 Conselheiros inscritos;

4) XV CAE, lançado por Édital em julho, com 5 Conselheiros inscritos.

Como parte integrante de cada um dos dois CAEs concluídos em 1986, foi preparado e implementado estágio de atualização, de duas semanas, durante o qual os Conselheiros inscritos participaram de conferências e debates sobre a política externa e sobre problemas da atualidade brasileira. No âmbito do XII CAE, realizaram-se as seguintes conferências: "Realidades e perspectivas da Universidade Brasileira", pelo Doutor Cristóvam Buarque, Reitor da Universidade de Brasília; "A Situação Atual e as Perspectivas do Petróleo Nacional", pelo Coronel Ozires Silva, Presidente da Petrobrás; "Avaliação do Pacote Econômico", pelo Doutor André Lara Rezende, Diretor da Dívida Pública do Banco Central; e "Ciência e Tecnologia", pelo Doutor Luciano Galvão Coutinho, Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia. No âmbito do XIII CAE, realizaram-se as seguintes conferências: "Avaliação do Plano Cruzado", pelo Professor Paulo Nogueira Batista Júnior, Chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas; "O Comércio Internacional Depois da Conferência de Punta Del Este", pelo Embaixador Sebastião do Rego Barros, Chefe do Departamento Econômico; "A Reforma do MRE", pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário-Geral das Relações Exteriores; e "Relações do Brasil com a Argentina e o Uruguai", pelo Embaixador Gilberto Coutinho Paranhos Velloso, Chefe do Departamento das Américas.

Segue quadro que reúne os principais dados numéricos relativos aos onze primeiros CAEs já realizados.

Curso	Duração	Inscritos	Defenderam o Trabalho	Aprovados
I CAE	1977-78	25	16	11
II CAE	1978-80	11	04	02
III CAE	1979-81	13	06	06
IV CAE	1980-82	28	12	11
V CAE	1981-82	37	19	19
VI CAE				
1ª fase	1982-83	21	16	14
VII CAE	1982-83	20	18	18
VIII CAE	1983-84	21	10	09
IX CAE	1983-84	17	11	08
X CAE	1984-85	21	08	08
XI CAE	1984-85	16	04	04
XII CAE	1985-86	21	05	05
XIII CAE	1985-86	15	05	05
TOTAL		**291**	**145**	**131**

Programa de Incentivo a Estudos

O programa de Incentivos a Estudos permitiu, em 1986, a 30 funcionários no exterior, dentre os quais 14 diplomatas, contar com a ajuda financeira do IRBr para custear parcialmente estudos de interesse para o MRE, inclusive no campo universitário, nos níveis de:

- Doutorado: Ciência Política

- Mestrado: Relações Internacionais (2) e Política Pública.

- Pós-graduação (1): Administração e Turismo e Serviço Exterior

- Graduação (2): Administração (2) e Literatura.

- Aprendizado de Línguas estrangeiras: Alemão (4), Inglês (7), Japonês (5), Dinamarquês (1), Árabe (1) e Francês (3).

Em Brasília, 54 funcionários, dentre os quais 4 diplomatas, obtiveram facilidades equivalentes para estudo de idiomas estrangeiros: Inglês (37), Francês (12), Alemão (13) e Espanhol (2).

CERIMONIAL

O Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores participou, em 1986, da preparação das viagens oficiais do Presidente da República a Portugal e Cabo Verde, em maio, à Argentina, em julho, e aos Estados Unidos, em setembro, assim como do encontro com o Presidente da Colômbia em Manaus, em janeiro, e da viagem não oficial à Itália e ao Vaticano, em julho.

Foram recebidos no Brasil, no decorrer do ano, o Presidente eleito da Costa Rica, Oscar Arias Sanchez (abril); o Presidente da Venezuela, Jaime Lusinchi (abril); o Presidente de El Salvador, José Napoleón Duarte (maio); o Primeiro Vice-Primeiro Ministro do Iraque, Taha Yassin Ramadham (maio); o Primeiro Ministro da Finlândia, Kalevi Sorsa (maio); o Presidente da República do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti (agosto); o Vice-Primeiro Ministro e Ministro Federal do Comércio e da Indústria da Austria, Norbert Steger (setembro); o Presidente da República da Argélia, Chadli Bendjedid (outubro); o Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais do Suriname, Pretaapnarain Radhakishun (outubro); o Vice-Presidente de El Salvador, Rodolfo C. Claramount (novembro); e o Presidente da Nação Argentina, Raúl Alfonsín (dezembro).

Também foram recebidos no Brasil, além de outras autoridades estrangeiras, os Ministros das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar; do Uruguai, Henrique Iglesias; da Dinamarca, Uffe Elleman-Jensen; da Líbia, Kamel Hassan Al-Maghour; e de Portugal, Pedro Pires de Miranda.